

**Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda**

**Relatório e contas
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012
(contas consolidadas)**

Itaúsa Europa Investimentos – SGPS, Lda

**RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

CONTEÚDO

- ° Relatório de Gestão da Gerência
- ° Demonstrações Financeiras Consolidadas
- ° Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- ° Anexo – Carta-Circular do Banco de Portugal n. 58/2009/DSB, de 5 de Agosto
- ° Certificação Legal das Contas Consolidadas
- ° Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

RELATÓRIO DA GERÊNCIA

EXERCÍCIO DE 2012

A Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda. (“Itaúsa Europa”), empresa-mãe do Grupo Itaúsa Europa, é uma sociedade gestora de participações sociais, com sede na Zona Franca da Madeira, que, nos termos do artigo 2º dos seus Estatutos e em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27.11), tem por objecto contratual exclusivamente a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A Itaúsa Europa é titular de uma única participação social, constituída pela quase totalidade (99,99%) do capital da Itaúsa Portugal, SGPS, S.A. (“Itaúsa Portugal”), a qual, a seu turno, é titular da totalidade do capital do Banco Itaú BBA International, S.A. (“IBBAInt” ou “Banco”).

O presente Relatório resume os principais indicadores financeiros da sociedade em 2012, os quais, substancialmente, coincidem com os do IBBAInt, para cujo Relatório de Gestão ora se remete. Ademais, nos termos exigidos pela Lei 28/2009, procede-se ainda à descrição da política de remuneração dos membros dos órgãos de fiscalização e de administração da Itaúsa Europa.

Em 2012, a operação do Banco apresentou, mais uma vez, um desempenho positivo, resultante de um conjunto de factores, dentre os quais destacamos:

a) O comportamento da economia brasileira, cujo dinamismo propiciou um aumento do fluxo de negócios “cross-border”, reforçando a importância estratégica, no contexto da expansão internacional do Conglomerado Itaú Unibanco, das actividades conduzidas pelo Banco nos segmentos de Corporate & Investment Banking e de Private Banking internacional;

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

- b) A maior integração das equipas e operações internacionais do Conglomerado Itaú Unibanco dedicadas ao segmento Corporate & Investment Banking;
- c) A manutenção de fortes indicadores financeiros de liquidez e de solvabilidade e de políticas de gestão de risco bastante conservadoras.

PERFORMANCE

No exercício de 2012, as contas consolidadas da nossa Sociedade revelam um activo de Euros 4.941 milhões (Euros 616 milhões nas contas individuais). O resultado líquido ascendeu a Euros 15,6 milhões em termos consolidados (prejuízo de Euros 6 milhares nas contas individuais). No final de 2012, o índice de solvabilidade da Sociedade atingiu 18,8%.

Quanto ao Banco, este encerrou o ano de 2012 com EUR 17 mil milhões de activos, garantias, compromissos e *AuM* consolidados, registando um crescimento de 4,9% face a 2011. O índice de solvabilidade chegou a 14,2% (rácio de *Core Tier 1* 13,6%) e os resultados consolidados atingiram EUR 17,2 milhões. O produto bancário atingiu o montante de EUR 126,3 milhões.

REMUNERAÇÃO

A fixação da remuneração anual de cada membro do órgão de Gerência e do órgão de fiscalização da Itaúsa Europa compete privativamente à Assembleia Geral.

Em termos de estrutura de fiscalização, na sequência de deliberação tomada em 2009 pela Assembleia Geral, a Itaúsa Europa passou a contar, a partir de Fevereiro de 2010, com um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas independente.

No exercício de suas funções globais, o Revisor Oficial de Contas auferiu, em 2012, €21 milhares.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal obedece à mesma política instituída ao nível do IBBAInt, sendo portanto constituída exclusivamente por uma quantia fixa em dinheiro, paga doze vezes durante o ano em montante determinado tendo em conta a situação da Itaúsa Europa e as práticas de mercado, de modo a assegurar a sua conformidade com os níveis retributivos normais para o desempenho de funções similares. A Política prevê que os membros do Conselho Fiscal que sejam membros de órgãos de fiscalização de sociedade em relação de domínio ou de grupo podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício das suas funções na Itaúsa Europa, facto que se verificou durante o exercício de 2012 relativamente a todos os membros do Conselho Fiscal.

A remuneração auferida pelos membros da Gerência é também constituída exclusivamente por uma quantia fixa em dinheiro, sendo paga doze vezes durante o ano em montante determinado tendo em conta a situação da Itaúsa Europa e as práticas de mercado, de modo a assegurar a sua conformidade com os níveis retributivos normais para o desempenho de funções similares.

Os membros da Gerência, tal como os do Conselho Fiscal, que sejam membros de órgãos de administração de sociedade em relação de domínio ou de grupo, ou que, no exercício de funções representativas da Sociedade, integrem órgãos sociais de sociedades fora do Grupo Itaú Unibanco, podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício das suas funções na Itaúsa Europa. Em 2012, nenhum membro da Gerência da Itaúsa Europa auferiu qualquer remuneração paga por esta sociedade.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, conceder direito de reforma aos membros da Gerência, estabelecendo o respectivo regime.

Finalmente, cumpre observar que é proibida a concessão de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer directa quer indirectamente, aos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização, ou a pessoas a estes relacionadas nos termos de política corporativa específica.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Dando cumprimento ao previsto na Lei e nos Estatutos da Sociedade, propomos que o prejuízo apurado no exercício de 2012, no valor de Eur 5.582,87 seja aplicado em resultados transitados.

Funchal, 11 de Abril de 2013

A Gerência

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31.12.2012			31.12.2011
		Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações
ACTIVO	Nota				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	517.047		517.047	545.295
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6	123.104		123.104	163.550
Activos financeiros detidos para negociação	7	441.775		441.775	573.619
Outros activos financeiros					
ao justo valor através de resultados	9	81.473		81.473	76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	10	152.752		152.752	41.130
Aplicações em Instituições de Crédito	11	488.165		488.165	565.392
Crédito a Clientes	12	2.949.029	(11.894)	2.937.135	3.050.393
Derivados de cobertura	8	804		804	
Outros activos tangíveis	13	26.230	(10.833)	15.397	13.576
<i>Goodwill</i> e activos intangíveis	14	131.137	(49.644)	81.493	91.112
Investimentos em associadas e filiais					
excluídas da consolidação	15	23.437		23.437	31.611
Activos por impostos correntes	16	7.216		7.216	1.640
Activos por impostos diferidos	16	23.045		23.045	9.290
Outros activos	17	48.330		48.330	48.489
Total do Activo		5.013.544	(72.371)	4.941.173	5.211.632
PASSIVO					
Passivos financeiros detidos para negociação					
e ao justo valor através de resultados	18	434.934		434.934	555.555
Recursos de Bancos Centrais	19	-		-	-
Recursos de outras Instituições de Crédito	20	461.325		461.325	803.264
Recursos de Clientes e outros empréstimos	21	1.570.213		1.570.213	1.459.161
Responsabilidades representadas por títulos	22	1.614.795		1.614.795	1.618.289
Derivados de cobertura	8	-		-	3.197
Provisões	26	1.137		1.137	1.158
Passivos por impostos correntes	23	10.487		10.487	8.530
Passivos por impostos diferidos	23	11.625		11.625	10.610
Passivos subordinados	24	22.805		22.805	83.116
Outros passivos	25	69.710		69.710	92.422
Total do Passivo		4.197.031	-	4.197.031	4.635.302
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital	27	517.952		517.952	407.390
Reservas de reavaliação de justo valor	28	(211)		(211)	(1.379)
Outras reservas e resultados transitados	29	210.780		210.780	219.561
Resultado líquido consolidado		15.597		15.597	(49.266)
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Grupo		744.118	-	744.118	576.306
Interesses não controlados	30	24		24	24
Total dos Capitais Próprios		744.142	-	744.142	576.330
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		4.941.173	-	4.941.173	5.211.632
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	31			275.291	278.278
Compromissos	31			667.508	1.049.122
Responsabilidades por prestação de serviços	31			11.402.063	9.967.085

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	31.12.2012	31.12.2011
Juros e rendimentos similares		98.809	92.391
Juros e encargos similares		(52.260)	(43.592)
Margem financeira	32	46.549	48.799
Rendimentos de instrumentos de capital		42	-
Comissões recebidas		92.085	98.440
Comissões pagas		(8.677)	(8.216)
Comissões líquidas	33	83.408	90.224
Rendimentos e receitas operacionais		12.588	5.440
Encargos e gastos operacionais		(16.238)	(7.168)
Outros impostos		(3.538)	(3.878)
Ganhos e perdas não correntes	34	(7.188)	(5.606)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		4.071	17.081
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		(9)	(1.157)
Outros resultados em operações financeiras		(574)	60
Resultados em operações financeiras	35	3.488	15.984
Produto bancário		126.299	149.401
Custos com pessoal	36	(67.436)	(67.714)
Gastos gerais administrativos	37	(38.904)	(31.015)
Depreciações e amortizações	13/14	(13.525)	(13.356)
Custos de estrutura		(119.865)	(112.085)
Imparidade e outras provisões líquidas	26	402	(497)
Imparidade e outras provisões líquidas sobre o goodwill e intangível	26	-	(10.131)
Resultado antes de impostos		6.836	26.688
Impostos sobre os lucros	38		
Impostos correntes		(6.625)	(14.483)
Impostos diferidos		13.114	1.013
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial)	15	2.272	(62.485)
Resultado consolidado global		15.597	(49.267)
Resultado atribuível a Interesses não controlados	30	-	1
Resultado consolidado do Grupo		15.597	(49.266)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração de rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Atribuível aos accionistas do Grupo	Atribuível aos Interesses não controlados	Total	Atribuível aos accionistas do Grupo	Atribuível aos Interesses não controlados	Total
Resultado consolidado	15.597	-	15.597	(49.266)	(1)	(49.267)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda :						
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	1.560	-	1.560	(100)	-	(100)
Impacto fiscal	(392)	-	(392)	16	-	16
Variações cambiais e outros movimentos	(1.846)	-	(1.846)	(62.139)	(32)	(62.171)
Resultado não incluído na demonstração de resultados consolidada	(678)	-	(678)	(62.223)	(32)	(62.255)
Rendimento integral consolidado	14.919	-	14.919	(111.489)	(33)	(111.522)

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração de alterações do capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémio de emissão	Reservas de reavaliação justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do Exercício	Interesses não controlados	Total de Capitais Próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	407.390	55.078	(1.295)	186.546	40.076	57	687.852
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2010	-	-	-	40.076	(40.076)	-	-
Rendimento integral no exercício de 2011	-	-	(84)	(62.139)	(49.266)	(33)	(111.522)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	407.390	55.078	(1.379)	164.483	(49.266)	24	576.330
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2011	-	-	-	(49.266)	49.266	-	-
Aumento de capital	110.562	42.331	-	-	-	-	152.893
Rendimento integral no exercício de 2012	-	-	1.168	(1.846)	15.597	-	14.919
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	517.952	97.409	(211)	113.371	15.597	24	744.142

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

Itaúsa Europa Investimentos
Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	182.273	213.814
Juros e comissões pagos	(34.226)	(45.589)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(123.414)	(103.961)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	24.633	64.264
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	47.546	(83.450)
Aplicações em Instituições de Crédito	66.294	833.828
Depósitos em bancos centrais	28.236	(195.913)
Créditos sobre clientes	104.229	(633.654)
Outros activos operacionais	11.800	(1.475)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação	(103.849)	171.176
Recursos de outras Instituições de Crédito	(351.876)	(639.438)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	100.383	44.978
Responsabilidades representadas por títulos	(30.356)	493.597
Derivados de cobertura	(3.197)	1.564
Outros passivos operacionais	(10.692)	33.017
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	(116.849)	88.494
Impostos pagos sobre os lucros	(10.219)	(13.236)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	(127.068)	75.258
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
(Aquisições) / venda de participações em subsidiárias	-	-
Dividendos recebidos	42	-
Compra de imobilizações	(7.552)	(7.286)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(7.510)	(7.286)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	-
(Aquisições) / vendas de Dívida Subordinada Própria	(59.970)	(8.666)
Juros pagos das actividades de financiamento	(1.205)	(1.809)
Aumento de capital	152.893	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	91.718	(10.475)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	2.402	(9.663)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	(40.458)	47.834
Caixa e seus equivalentes no início do período	163.675	115.841
Caixa e seus equivalentes no fim do período	123.217	163.675
Caixa (Nota 5)	113	125
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito (Nota 6)	123.104	163.550
	(40.458)	47.834

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS, SGPS, LDA.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de euros)

NOTA 1 - ACTIVIDADE E ESTRUTURA

A Sociedade, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída por escritura pública celebrada em 23 de Fevereiro de 2001, com a denominação de Custode – Consultores, Serviços, Lda (Custode) e um capital social de €5 milhares, repartido em duas quotas iguais.

O objecto da Custode consistia na prestação de serviços nas áreas contabilística, económica, da informática, da engenharia civil, da arquitectura, construção, promoção e comercialização de empreendimentos imobiliários turísticos e hoteleiros, consultoria nas referidas áreas e na criação e desenvolvimento de empresas de âmbito internacional, importação e exportação por grosso ou a retalho, comissões e consignações, prospecção de mercados, serviços de promoção e marketing, aquisição, exploração e transferência de patentes, marcas e direitos de autor, compra de imóveis para revenda e gestão da carteira de títulos próprios.

Em 28 de Dezembro de 2001 a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e a Itaúsa Export, S.A., ambas com sede no Brasil, adquiriram a totalidade do capital social da Custode aos anteriores sócios, respectivamente por €2,5 milhares cada. Nessa mesma data, os referidos sócios procederam a um aumento do capital social de €5 milhares para €244.767,8 milhares, por entradas em espécie, conforme segue: (i) a Itaúsa – Investimentos Itaú, S.A. transferiu para a Custode 3.251.336 acções, com valor nominal unitário de €5, representativas de 12,14% do capital social da sociedade anónima Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Itaúsa Portugal), acções a que atribuiu o valor de €29.705,8 milhares e (ii) a Itaúsa Export S.A. transferiu também 23.538.235 acções representativas de 87,86% do capital social da Itaúsa Portugal, acções a que atribuiu o valor de €215.057 milhares.

Em 19 de Agosto de 2002, foi realizada uma alteração parcial de pacto, passando a Custode a denominar-se Itaúsa Madeira – Investimentos, SGPS, Lda cujo objecto social é a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em 5 de Novembro de 2003, a Itaúsa Madeira - Investimentos, SGPS, Lda alterou a sua denominação social para Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda (**Itaúsa Europa ou Sociedade**).

A Sociedade faz parte do Grupo Itaú Unibanco (Brasil) e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente.

Em 3 de Novembro de 2008, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e o Unibanco Holdings S.A. (Unibanco Holdings) assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras do Banco Itaú S.A. (Itaú) e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), de modo a formar o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul. Deste modo, o Itaú Unibanco é actualmente detentor (indirecto) da totalidade do capital social da Itaúsa Europa.

A actividade e os accionistas das subsidiárias e associadas da Sociedade resumem-se como segue -

A Itaúsa Portugal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Itaúsa Portugal) foi constituída em 22 de Dezembro de 1988 com a denominação de Itaúsa Portugal - Sociedade de Investimento, SA. Em 28 de Outubro de 1994, por alteração do contrato social, a Sociedade foi transformada em sociedade gestora de participações sociais, tendo passado a designar-se Itaúsa Portugal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

A actividade e os accionistas das subsidiárias da Itaúsa Portugal são como segue -

O **Banco Itaú BBA International, SA** (IBBAInt ou Banco), anteriormente denominado Banco Itaú Europa SA, foi constituído em 28 de Outubro de 1994 e tem como único accionista a Itaúsa Portugal, SGPS, SA (Itaúsa Portugal), sociedade que integra o Grupo Itaú Unibanco (Brasil). Em 31 de Dezembro de 2012 o capital do Banco, integralmente subscrito e realizado, ascende a €535.624 milhares (ver Nota 26).

O Banco está autorizado, pelo Ministério das Finanças, a desenvolver actividade bancária nos termos das directrizes reguladoras vigentes em Portugal. A actividade do Banco orienta-se, preferencialmente, para a realização de operações no mercado interbancário, no mercado de capitais e para o financiamento de operações de comércio externo.

A partir de Fevereiro de 1995, o Banco passou a desenvolver a generalidade das operações envolvendo não residentes através da sua Sucursal Financeira Exterior (SFE), situada na Zona Franca da Madeira. Em Junho de 1999 iniciaram-se as operações na Sucursal Financeira Internacional (SFI), também situada na Zona Franca da Madeira. Em Janeiro de 2003, o Banco passou a operar em Londres através de uma Sucursal. A 31 de Outubro de 2012 procedeu-se ao encerramento da SFE. Em 31 de Dezembro de 2012, a dotação de capital atribuída à SFI e à Sucursal de Londres são de €5.660 milhares e de €180.623 milhares, respectivamente.

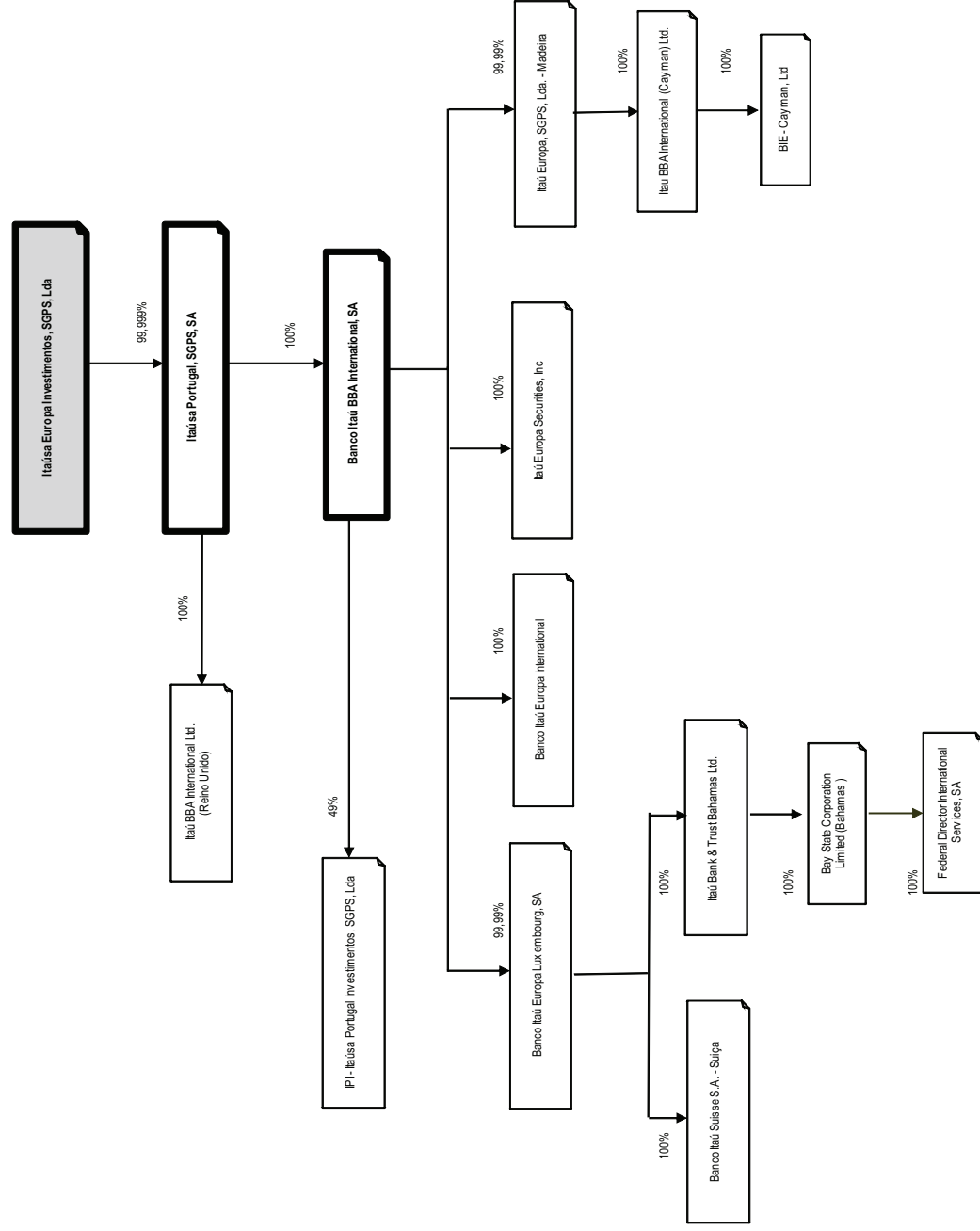
Em 31 de Dezembro de 2012, a informação financeira do Banco e das suas principais subsidiárias resume-se como segue –

	Participação (%)		Total do activo líquido a) / b)	Total dos capitais próprios a) / b)	Resultado do exercício a) / b)
	Directa	Efectiva			
Banco Itaú BBA International, SA (individual)	-	-	3.463.343	512.349	(2.757)
Itaú Europa SGPS, Lda	99,99%	99,99%	84.780	24.281	10.917
Itaú BBA International (Cayman) Ltd (consolidado)	-	99,99%	244.680	23.787	11.454
BIE Luxembourg, SA (consolidado)	99,99%	99,99%	858.042	176.701	3.026
inclui:					
<i>Itaú Bank & Trust Bahamas, Ltd (consolidado)</i>	-	99,99%	38.445	28.095	306
<i>Banco Itaú Suisse, SA</i>	-	99,99%	595.561	96.977	(4.251)
Banco Itaú Europa International	100,00%	100,00%	1.376.825	169.548	10.803
Itaú Europa Securities, Inc.	100,00%	100,00%	16.425	14.275	1.892

a) Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2012 (saldos contabilísticos, antes de movimentos de consolidação)

b) A data de fecho das contas estatutárias do Itaú BBA International (Cayman) Ltd é 31 de Outubro de cada exercício. Contudo, para efeitos de consolidação, foram utilizados os valores correspondentes aos 12 meses da actividade desenvolvida no decurso do ano de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detém as seguintes participações em empresas subsidiárias e associadas:



I. A sociedade Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda (Itaú Europa - SGPS), com sede na Zona Franca da Madeira. A 21 de Dezembro de 2012 procedeu-se a uma redução do capital social da sociedade no valor de €60.000 milhares. Em 31 de Dezembro de 2012 o capital social da sociedade ascende a €8.126 milhares, integralmente subscrito e realizado, encontrando-se representado por 2 quotas, de valor nominal de €8.125.983,35 e €16,65, detidas pelo Banco e pela Itaúsa Portugal, respectivamente. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações financeiras do Banco no estrangeiro.

A Itaú Europa – SGPS detém a 100% a seguinte sociedade com sede nas Ilhas Caimão:

I.1. O Itaú BBA International (Cayman) Ltd., constituído em Julho de 1996 com a denominação BIE-Bank&Trust Ltd.. Em 27 de Maio de 2003, o capital social, que totalizava USD 80 milhões, foi redenominado de USD para EUR, tendo sido atribuído o valor de €67.200 milhares, com base no câmbio indicativo do Banco de Portugal da referida data.

A 21 de Dezembro de 2012, o Itaú BBA International (Cayman) Ltd. procedeu à recompra de 65.714.286 acções no valor de €55.200.000,24.

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social do Itaú BBA International (Cayman) Ltd. está representado por 14.285.714 acções de €0,84 cada, integralmente subscrito e realizado pela Itaú Europa – SGPS. Este banco está licenciado para praticar todos os actos e negócios próprios das instituições bancárias e de “trust” nos termos da “Banks and Trust Companies Law” das Ilhas Caimão e posiciona preferencialmente a sua actividade na realização de operações de comércio externo.

O Itaú BBA International (Cayman) Ltd. detém a 100% as seguintes subsidiárias com sede nas Ilhas Caimão:

I.1.1. A sociedade BIE - Cayman Ltd, constituída em Abril de 1996 com um capital social de USD 1, representado por 1 acção. Em 2004, o seu capital social foi aumentado para USD 600.000, representado por 600.000 acções. Em 31 de Outubro de 2007, a sociedade procedeu à redenominação do seu capital de USD 600.000 para EUR 415.311,14 à taxa de câmbio de EUR/USD 1,4447. O seu objecto social consiste na administração de fundos de investimento do Private Banking.

Em 31 de Dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de USD 613 milhões (31.12.2011: USD 558 milhões).

Em Fevereiro de 2012, a **BIE – Nominees, Ltd.** e a **BIE – Directors, Ltd.**, foram vendidas a outra empresa do grupo Itaú Unibanco pelo seu valor contabilístico.

II. O Banco Itaú Europa Luxembourg, SA (BIE Luxemburgo), com sede no Luxemburgo, tem como principal actividade a realização de operações nas áreas do *Private Banking*, mercados de capitais e interbancários. O BIE Luxemburgo pode ainda realizar todas as demais operações que sejam ou possam vir a ser permitidas no âmbito das directrizes reguladoras emitidas pelas entidades reguladoras competentes. Em 27 de Março de 2003, a Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 99,95% no capital do BIE Luxemburgo ao IBBAInt para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe atribuído um valor de €27,3 milhões.

Em Maio de 2007, o BIE Luxemburgo aumentou o seu capital social em USD 40 milhões, passando a USD 60 milhões integralmente subscrito e realizado, representado por 6.000 acções ordinárias de USD 10.000 cada.

Em Agosto de 2009, realizou-se a fusão entre o Banco Itaú Europa Luxembourg S.A. (BIEL) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A. (UBB Lux), mediante a incorporação deste último pelo primeiro e a consequente transferência global do património do UBB Lux para o BIEL e atribuição aos sócios do UBB Lux de acções do BIEL.

Os Conselhos de Administração dos dois Bancos acordaram realizar a fusão com base no Net Asset Value apurado nas demonstrações financeiras dos mesmos à data de 31 de Maio de 2009.

Consequentemente, com a fusão, os Capitais Próprios do BIEL aumentaram em USD 85.451.815 (Net Asset Value do UBB Lux a 31 de Maio de 2009) através da emissão de 3.767 acções com valor nominal unitário de USD 10.000 que constituíram a participação da Unipart Participações Internacionais Ltd. (Unipart, único accionista do UBB Lux) no valor de USD 37.670.000. Os restantes USD 47.781.815 entraram como prémio de emissão.

A 16 de Novembro de 2009, a Unipart vendeu a sua participação no BIEL ao IBBAInt pelo valor de USD 85.451.815.

A 31 de Dezembro de 2012, o capital do BIEL encontrava-se integralmente subscrito e realizado, ascendendo a USD 97.670.000, representado por 9.767 acções ordinárias de USD 10.000 cada, das quais 9.766 são detidas pelo IBBAInt e 1 por entidades terceiras.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BIE Luxemburgo são como segue:

II.1. O Itaú Bank & Trust Bahamas Limited, com sede em Nassau, Bahamas, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. O seu capital social de USD 1 milhão encontra-se representado por 1 milhão de acções de USD 1 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo.

Em Maio de 2008, foi efectuado um aumento de capital nesta sociedade, no valor de USD 5 milhões, totalmente subscrito e realizado pelo BIE Luxemburgo. Não se verificou emissão de novas acções por via deste aumento de capital.

A actividade das subsidiárias desta entidade resumem-se como segue:

II.1.1. A Bay State Corporation Limited, com sede em Nassau, Bahamas, é uma sociedade financeira de serviços auxiliares que tem como principal actividade a prestação de serviços de accionista de sociedades por conta e em nome de terceiros. O seu capital social de USD 10 milhares encontra-se representado por 10.000 acções de USD 1 cada, totalmente subscritas e realizadas pelo Itaú Bank & Trust Bahamas Limited.

II.1.1.1. A Federal Director International Services, SA., com sede em Nassau, Bahamas, é uma sociedade financeira de serviços auxiliares que tem como principal actividade a prestação de serviços de accionista de sociedades por conta e em nome de terceiros. O seu capital social de USD 2 encontra-se representado por 2 acções de USD 1 cada, totalmente subscritas e realizadas pela Bay State Corporation Limited.

II.2. O Banco Itaú Suisse S.A., com sede em Zurique, Suíça, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi criado em 15 de Setembro de 2010. Em Maio de 2012, o Banco Itaú Suisse aumentou o seu capital social em CHF 46 milhões, totalmente subscrito e realizado pelo BIE Luxemburgo.

O seu capital social de CHF 146 milhões encontra-se representado por 14.600 acções de CHF 10.000 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo.

III. O Banco Itaú Europa International, com sede em Miami, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. O seu capital social de USD 7 milhões encontra-se representado por 70.000 acções de USD 100 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo IBBAInt.

IV. A Itaú Europa Securities, Inc., com sede em Miami, constituída em Setembro de 2008, tem como principal actividade a prestação de serviços de corretagem. O seu capital social de USD 1.000 encontra-se representado por 100.000 acções de USD 0,01 cada, integralmente subscrito e realizado pelo IBBAInt.

V. A sociedade IPI - Itaúsa Portugal Investimentos – SGPS, Lda (IPI), sedeada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os

Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social foi subscrito em 60% pela Itaúsa Portugal e em 40% pela Afincó Américas Madeira – SGPS, Lda (Afincó)(Grupo Itaúsa Brasil).

Em 31 de Dezembro de 2003, a sócia Itaúsa Portugal entregou a participação de 51% detida a essa data no capital da IPI ao IBBAInt para a realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de €137,9 milhões.

Em Fevereiro de 2006 a IPI aumentou o seu capital social em €60 milhões e em 29 de Dezembro de 2010, o IBBAInt vendeu 2% da sua participação na IPI à Afincó.

Em 20 de Abril, 2012, a IPI vendeu a sua participação de 18.873% no Banco BPI, S.A. à CaixaBank, S.A. pelo preço de €0,50 por acção, ascendendo a €93.420.300.

Em 10 de Dezembro de 2012, a empresa reduziu o seu capital social em €200 milhões para absorção de prejuízos e libertação de excesso de capital.

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social realizado e subscrito pelos sócios ascendia a €29.844 milhares e era detido em 51% pela Afincó e em 49% pelo IBBAInt.

NOTA 2 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos da Itaúsa Europa e das suas subsidiárias e associadas, processados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Gerência em 11 de Abril de 2013.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

2.2.1. Bases de consolidação

a) Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde o momento em que o Grupo assume controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os proveitos e custos das filiais são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo desde a data da sua aquisição, conforme definido na IFRS 3.

As transacções e os saldos mais significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados neste processo. O valor do capital, das reservas e dos

resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica Interesses não controlados.

b) Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não o controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Pelo método da equivalência patrimonial, o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida.

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação - *Goodwill*

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como *goodwill*.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma subsidiária pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Grupo terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação, determinado pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto na IFRS 1 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo, até à data de transição para as IAS/IFRS o valor do *goodwill* gerado em investimentos efectuados até 1 de Janeiro de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

O *goodwill* registado no activo é revisto anualmente e sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36, IAS 39 e IFRS 8. De acordo com a IFRS 3 o *goodwill* não é amortizado.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas - *badwill*, são imediatamente reconhecidas em resultados.

d) Entidades de finalidade especial - SPE's

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPE's, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades das SPE's estão a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do seu funcionamento; ou
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades das SPE's; ou
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios das SPE's e consequentemente estar exposto a riscos inerentes às suas actividades; ou
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos às SPE's ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A actividade das SPE's controladas pelo Grupo consiste essencialmente no financiamento à exportação de diversas empresas brasileiras. As SPE's emitem papel comercial para financiar as operações e redistribuir o risco relacionado. O papel comercial é colocado em diversas contrapartes, sendo que o Grupo tem o compromisso de tomada firme. Uma vez que o Grupo está exposto à maioria dos benefícios e riscos do negócio destas SPE's, o que de acordo com a SIC 12 é um indicador de controlo, estas são consolidadas integralmente.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo não controla nenhuma SPE.

e) Empresas subsidiárias e associadas em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para EUR, com base no câmbio de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo que:

- a conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;
- os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio ponderado do exercício; e
- as diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, caso em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; ou

- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros. O justo valor desses instrumentos e consequentemente a margem de intermediação é apurado na data do seu reconhecimento inicial e é determinado com base em técnicas de valorização cujas variáveis são baseadas apenas em observações de mercado.

a) Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;
- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados (opção de justo valor);
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- passivos financeiros suportados com o objectivo de venda ou de recompra num futuro próximo;
- passivos financeiros que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos ou passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada “uma falta de balanceamento contabilístico”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentados em derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos sejam vendidos, os ganhos ou perdas ainda reconhecidos no capital próprio são removidos e registados em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo não dispõe de activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos.

c) Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e a Instituições de Crédito, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento, e de juros imediatamente após o seu vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo não dispõe de créditos designados como activos cobertos.

d) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros incluem Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Passivos Subordinados. Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo recomprar dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

e) Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

2.2.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.2.4. Imparidade

Um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, como por exemplo:

- (i) análise de incumprimento;
- (ii) descida de *rating*;
- (iii) dificuldades financeiras do emitente/devedor;
- (iv) probabilidade de falência do emitente/devedor;
- (v) para um investimento num instrumento de capital próprio: (i) a existência de informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar num ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere; e (ii) um declínio significativo ou prolongado

no justo valor abaixo do seu custo de aquisição que indique que o custo do investimento no instrumento de capital próprio possa não ser recuperado.

Na análise da existência de imparidade num grupo de activos financeiros, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação irregular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

a) Carteira de crédito

Metodologia de cálculo

No que se refere à carteira de crédito do Grupo, esta é observada periodicamente, sendo cada operação analisada individualmente para identificar a existência de imparidade.

Como o Grupo possui um *Low Default Portfolio*, constituído essencialmente por operações com risco de crédito reduzido, o Grupo não apresentou até ao momento um adequado nível de experiência de perdas incorridas, o qual é comprovado pelo insignificante nível histórico de crédito vencido e incumprimentos verificados. Consequentemente, torna-se necessário recorrer a informações externas (fornecidas pelo grupo Itaú Unibanco) para obter dados históricos comparáveis.

Nos casos em que se verifica a existência objectiva de imparidade, esta é calculada através da análise objectiva do valor de perda efectiva.

Nos casos em que não existe evidência objectiva de imparidade, é efectuada uma análise com base no *portfolio*, de forma a reconhecer perdas ainda não identificadas ao nível de operações individuais, como se descreve de seguida.

Para proceder à análise colectiva, o Grupo constituiu segmentos homogéneos (operações com características de risco de crédito similares), que assentam no *rating* interno, para obter o EL (Expected Loss). O EL é calculado usando a PD (Probability of Default), Loss Given Default (LGD) relacionado com o rating e Exposure at Default (EAD), aplicando a fórmula: $EL = PD \times LGD \times EAD$.

A *Recovery Rate* (RR) corresponde à percentagem do capital em risco que ainda é possível recuperar sempre que se verifique incumprimento por parte da empresa. Esta estimativa é calculada tendo como base o valor dos activos e passivos da empresa associados ao tipo de crédito e senioridade da dívida e o colateral recebido.

Para operações garantidas, usa-se a probabilidade de default (PD) do garantidor.

Registo contabilístico

O montante de perda por imparidade é medido pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros recuperáveis, descontado à taxa de juro efectiva original. A quantia escriturada do activo é reduzida através de uma conta de provisão e o montante da perda é reconhecido em resultados do exercício.

Quando um crédito não é recuperável, é abatido através da utilização da provisão por imparidade de crédito. Este abate só ocorre após terem sido tomadas todas as medidas consideradas necessárias para assegurar a recuperabilidade do crédito e o montante da perda ter sido adequadamente determinado.

Se, num período posterior, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido posteriormente ao reconhecimento da imparidade, o montante da perda por imparidade anteriormente registado é revertido através de ajustamento na conta de provisão. O montante da reversão é reconhecido em resultados.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

No que se refere a activos financeiros disponíveis para venda, é efectuada uma análise periódica no sentido da identificação de potenciais situações de imparidade, utilizando como indicadores (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, a existência de um evento que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a recuperação de valor é reconhecida na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor.

c) Créditos renegociados

Os créditos a clientes que estejam sujeitos a uma análise colectiva de imparidade ou que sejam individualmente significativos, cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

d) Investimentos em associadas

O declínio no valor dos investimentos em associadas (consolidadas pelo método de equivalência patrimonial) é analisado por via da comparação entre o seu valor recuperável e o seu valor contabilístico, considerando que existe evidência de que o investimento possa estar em imparidade. O *goodwill* incluído nestes investimentos é analisado conjuntamente com o item a que está alocado.

De acordo com a metodologia estabelecida pelo Grupo, os indicadores utilizados para avaliar a imparidade de associadas cotadas em mercados secundários são, entre outros, a cotação de mercado no final do exercício, uma redução significativa ou prolongada no valor de mercado para valores abaixo do custo, os dividendos pagos em anos recentes, os dividendos esperados e as expectativas do mercado onde opera.

No sentido de determinar a evidência de imparidade, é desenvolvido um teste que inclui avaliações de mercado e outras conduzidas internamente ou por avaliadores independentes, baseadas:

a) na porção correspondente do valor actual dos *cash flows* futuros que se esperam ser gerados pela associada, o que inclui os *cash flows* futuros estimados de actividades operacionais e os montantes resultantes da venda final ou alienação do investimento por outros meios e

b) no valor actual dos *cash flows* futuros estimados que se esperam ser recebidos a título de dividendos da associada e como receita da venda final ou alienação do investimento por outros meios.

As perdas por imparidade neste tipo de activos são revertidas se se verificarem alterações nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Tanto a perda por imparidade como a reversão da perda por imparidade são reconhecidas em resultados. Concretamente, uma perda por imparidade pode apenas ser revertida até à concorrência daquele que seria o valor contabilístico do activo se essa perda por imparidade não tivesse sido previamente reconhecida.

2.2.5. Dívida titulada emitida pelo Grupo

As emissões de obrigações pelo Grupo estão registadas nas rubricas passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso de algumas *Structured Linked Notes*).

Exceptuando os passivos financeiros classificados como detidos para negociação, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo não dispõe de obrigações designadas como passivos cobertos.

2.2.6. Contabilidade de cobertura

Pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera uma cobertura altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada; e
- a cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Os relacionamentos de cobertura são de 3 tipos:

- *cobertura de justo valor* – numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- *cobertura de fluxos de caixa* – numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

- *cobertura de investimento líquido em unidade operacional estrangeira* – as coberturas de investimento líquido em operações estrangeiras são registadas da mesma forma que as coberturas de fluxos de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de cobertura relacionados com a parte eficaz da cobertura são reconhecidos em reservas; a ineficácia da cobertura é reconhecida imediatamente em resultados. Os ganhos ou perdas acumuladas em reservas são incluídos em resultados quando a unidade operacional estrangeira é vendida.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Grupo efectua nas suas contas consolidadas uma cobertura do risco cambial do investimento líquido em três das suas filiais em moeda estrangeira, passando as variações cambiais (na parte considerada eficaz) originadas pelo(s) passivo(s) em moeda estrangeira designado(s) na cobertura a serem registadas numa rubrica de reservas associadas a diferenças cambiais, até à alienação do investimento. A parte ineficaz da cobertura é registada por contrapartida de resultados. Em 31 de Dezembro de 2012, não se encontra registado em resultados qualquer montante relacionado com a ineficácia da cobertura.

Os testes de eficácia de cobertura são devidamente documentados numa base regular, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, esta deverá ser descontinuada prospectivamente.

2.2.7. Activos e Passivos financeiros em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

- Posição à vista

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transacções. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções e da conversão no final do ano de activos monetários e passivos denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido nos capitais próprios, caso se qualifiquem como cobertura de cash-flows ou cobertura de investimento líquido em moeda estrangeira. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções detidas pelo justo valor por via dos resultados, são registadas como ganho ou perda de justo valor. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor no capital próprio.

- Posição a prazo (*Forward*)

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e às taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

2.2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 - 12

2.2.9. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, o custo de aquisição de carteiras de clientes e software, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três a doze anos.

2.2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras Instituições de Crédito.

2.2.11. Impostos sobre os lucros

A Itaúsa Europa e as suas subsidiárias e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais. As subsidiárias sedeadas na Zona Franca da Madeira beneficiam, nos termos do artigo 36º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de um regime especial de tributação até 31 de Dezembro de 2020.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

2.2.12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

a) Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efectuadas.

b) Imparidade do Goodwill e dos activos intangíveis

O valor recuperável e o justo valor dos activos intangíveis é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis esperadas e valores residuais.

c) Justo valor de activos e passivos financeiros não cotados

O justo valor de activos e passivos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

d) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

2.2.13. Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo.

2.2.14. Responsabilidades com pensões de reforma

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Grupo em Portugal não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados e administradores, os quais estão abrangidos pelo regime de segurança social.

O Grupo possui apenas duas entidades com planos de pensões - o Banco Itaú Europa International e o Itaú Bank & Trust Bahamas Limited, sendo ambos de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano através do qual o Grupo paga contribuições fixas a uma terceira entidade (o Fundo) e não tem, nem obrigação legal, nem construtiva, de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir activos suficientes para pagar todos os benefícios do empregado relativos ao serviço deste no período corrente e em anteriores.

O Grupo reconhece as contribuições para um plano de contribuição definida quando o empregado tiver prestado serviço em troca dessas contribuições.

2.2.15. Plano de remuneração baseado em acções

A remuneração auferida pelos membros da Gerência da Sociedade obedece à mesma política instituída ao nível do Banco.

A política de remunerações dos Administradores Executivos do Banco prevê que, sob determinadas condições, o mínimo de 50% da remuneração variável anual será paga de forma diferida durante 3 anos, sendo que pelo menos 50% do valor total da remuneração variável deverá ser paga em acções ou instrumentos financeiros equivalentes.

Considerando que o Banco não possui acções cotadas em bolsa de valores e dado que a sua actividade é desenvolvida em total alinhamento com a estratégia e objetivos do Itaú Unibanco Holding S.A. (Holding), para a realização dos pagamentos de remunerações variáveis que devam ser feitos em instrumentos financeiros equivalentes a acções, serão utilizados instrumentos indexados a acções preferenciais da Holding (Instrumento). Este instrumento consiste numa promessa de pagamento em dinheiro efetuada por parte do Banco aos respetivos beneficiários, devendo o mesmo ser entregue aos beneficiários na mesma data em que a componente da remuneração variável correspondente à parcela em dinheiro não sujeita a diferimento for paga.

Os beneficiários deverão assim receber o valor em dinheiro, no primeiro dia útil ao fim de 1, 2 e 3 anos contados da data da entrega do respetivo Instrumento (Aniversários), correspondente em cada

um dos três períodos a 1/3 do valor-base constante do Instrumento, na moeda em que foi aprovada a respetiva remuneração, ajustados pelo índice de variação do preço de uma ação da Holding durante o período de vigência da parcela em causa.

O pagamento da remuneração variável está sujeito a condições suspensivas, previstas na política de remuneração do Banco em vigor.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em ações e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em ações ("cash-settled share-based payments"). O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, de forma linear desde o início do ano do programa até a respetiva data de disponibilização (no primeiro dia útil ao fim de 1, 2 e 3 anos). O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados.

NOTA 2.3 – Normas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações a normas existentes e interpretações com aplicação obrigatória em 2012 mas não relevantes para o Grupo:

As seguintes normas e interpretações são obrigatórias para períodos contabilísticos com início a partir de 1 de Janeiro de 2012 mas que não são relevantes para a actividade do Grupo:

- **IFRS 7** (alteração) – 'Instrumentos Financeiros: Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros'

A aplicação destas novas normas e interpretações não terão um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

(a) Normas, alterações a normas existentes e interpretações, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2012 ou em data posterior

O Grupo optou por não aplicar antecipadamente as normas contabilísticas, alterações a normas existentes e interpretações recentemente emitidas, mas sem aplicação obrigatória no exercício de 2012:

- **IAS 1** (alteração) – 'Apresentação de demonstrações financeiras'
- **IAS 12** (alteração) – 'Impostos sobre o rendimento'
- **IAS 19** (revisão 2011) – 'Benefícios aos empregados'
- **IAS 27** (revisão 2011) – 'Demonstrações financeiras separadas'
- **IAS 28** (revisão 2011) – 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'
- **IAS 32** (alteração) – 'Compensação de ativos e passivos financeiros'
- **Melhorias às normas 2009-2011**, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013. Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. O processo de melhoria anual de 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34
- **IFRS 1** (alteração) – 'Adoção pela primeira vez das IFRS'
- **IFRS 7** (alteração) – 'Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros'
- **IFRS 9** (novo) – 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração'
- **IFRS 10** (novo) – 'Demonstrações financeiras consolidadas'
- **IFRS 11** (novo) – 'Acordos conjuntos'
- **IFRS 12** (novo) – 'Divulgação de interesses em outras entidades'
- **IFRS 13** (novo) – 'Justo valor: mensuração e divulgação'

A aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

NOTA 3 - GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1. Estratégia na utilização de instrumentos financeiros

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros, incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, variações de taxas de juro e de preços. A Comissão Executiva impõe limites ao nível de exposição ao mercado que pode ser assumido *overnight* e *intraday*.

No contexto da estratégia do Grupo na utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2012, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

31 de Dezembro de 2012	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	517.047	-	-	-	517.047
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	-	-	-	123.104	-	-	-	123.104
Activos financeiros detidos para negociação	441.775	-	-	-	-	-	-	441.775
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	81.473	-	-	-	-	-	81.473
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	152.752	-	-	152.752
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	488.165	-	-	-	488.165
Crédito a Clientes	-	-	-	2.937.135	-	-	-	2.937.135
Derivados de cobertura	-	-	804	-	-	-	-	804
Outros activos	-	-	-	-	-	-	198.918	198.918
Total de Activos	441.775	81.473	804	4.065.451	152.752	-	198.918	4.941.173
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	434.934	-	-	-	-	-	-	434.934
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	461.325	-	461.325
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	1.570.213	-	1.570.213
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	1.614.795	-	1.614.795
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	22.805	-	22.805
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	92.959	92.959
Total de Passivos	434.934	-	-	-	-	3.669.138	92.959	4.197.031
31 de Dezembro de 2011								
Total de Activos	573.619	76.535	-	4.324.630	41.130	-	195.718	5.211.632
Total de Passivos	555.555	-	3.197	-	-	3.963.830	112.720	4.635.302

3.2. Risco de Crédito

O Grupo assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. Mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pelo Grupo poderão resultar em perdas distintas das evidenciadas à data de balanço. Assim sendo, a Administração regula criteriosamente a exposição do Grupo ao risco de crédito e risco-país.

3.2.1. Controlo de risco e políticas de mitigação

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através do estabelecimento de limites ao risco aceite em relação a um cliente ou grupo de clientes, a um segmento de negócio e a instituições financeiras e clientes brasileiros. Estes riscos são acompanhados numa base regular e sujeitos a revisão periódica. A Administração aprova limites ao nível de risco de crédito, risco sectorial e risco-país.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade dos clientes para cumprir com as suas responsabilidades de pagamento de capital e juros, por meio da alteração dos limites de financiamento sempre que necessário e pela obtenção de colaterais e garantias.

a) Garantias

Entende-se por “Operação de empréstimo garantida” qualquer operação geradora de uma posição em risco garantida, isto é, cuja garantia obedece aos requisitos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável como condição para ser elegível como técnica de cobertura e mitigação de risco de crédito.

A definição das garantias exigíveis nas operações de concessão de crédito é da responsabilidade das Comissões de Crédito, consoante as respectivas alçadas. Os requisitos adequados no que respeita, v.g., ao montante da posição em risco, à possibilidade de executar tempestivamente as cauções, à possibilidade de estabelecer de forma objectiva um preço ou um valor de mercado, à periodicidade com que a caução deve ser reavaliada, entre outros, devem ser especificados, conforme o caso, pelo órgão de decisão competente, fazendo parte integrante do despacho de crédito. Na definição da garantia exigida, o órgão de decisão competente levará em consideração o risco / histórico do cliente, bem como outros factores qualificadores do risco de crédito tendo em conta circunstâncias relativas ao devedor e à própria estrutura e tipo da operação em causa.

De entre os vários instrumentos utilizados como garantias, destacam-se, na prática do Grupo:

- a) Aval;
- b) Fiança;
- c) Garantia Bancária;
- d) *Stand-By Letter of Credit*;
- e) Penhor;
- f) Hipoteca;
- g) Depósitos Vinculados.

b) Derivados

O Grupo mantém limites de controlo rígidos nas posições líquidas abertas de derivados (a diferença entre a compra e venda de contratos), pelo montante e pela maturidade. A qualquer momento, o montante sujeito a risco de crédito é limitado ao justo valor corrente dos instrumentos favoráveis ao Grupo (activos cujo justo valor é positivo), que no caso dos derivados é uma pequena parte do contrato, ou valores nominais usados para expressar o volume dos instrumentos em aberto.

A exposição ao risco de crédito é gerida como parte dos limites de crédito globais com os clientes, juntamente com potenciais exposições a movimentos de mercado.

3.2.2. Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	123.104	2,6%	163.550	3,2%
Activos financeiros detidos para negociação	441.775	9,2%	573.619	11,3%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	81.473	1,7%	76.535	1,5%
Activos financeiros disponíveis para venda	152.752	3,2%	41.130	0,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	488.165	10,2%	565.392	11,2%
Crédito a Clientes	2.937.135	61,3%	3.050.393	60,3%
Outros activos	566.181	11,8%	593.784	11,7%
	4.790.585	100,0%	5.064.403	100,0%
Exposições fora de balanço:				
Garantias financeiras	263.635		263.780	
Compromissos	667.508		1.049.122	

O quadro acima representa o pior cenário ao nível de exposição do Grupo a risco de crédito em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para activos no balanço, a exposição é baseada na sua quantia escriturada tal como reportada na face do Balanço. Os investimentos em associadas, o *goodwill*, os activos tangíveis e intangíveis bem como os activos por impostos estão excluídos do quadro acima, sendo considerados activos sem risco de crédito.

O conteúdo da rubrica de Outros activos refere-se na sua maioria a disponibilidades aplicadas em Bancos Centrais que, face à recente crise no sector financeiro, se apresenta como a melhor alternativa de gestão de caixa e reflecte os elevados padrões de prudência do Grupo.

Tal como se pode ver na tabela, 71,5% do total da exposição máxima resulta de crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito (31.12.2011: 71,5%).

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter uma exposição mínima ao risco de crédito do Grupo baseando-se no seguinte:

- No sentido de ajustar as suas práticas em matéria de gestão de risco de crédito aos padrões de Basileia II, o Grupo implementou uma escala de *rating* interno, com maior granularidade, que permite estabelecer equivalências entre os *ratings* internos e os *ratings* externos. A mencionada equivalência estabelece-se através de probabilidades de *default*, estando o modelo de *rating* interno calibrado para ser equivalente ao *rating* externo.

- Em 31 de Dezembro de 2012, a repartição da carteira de Crédito a Clientes e Aplicações em Instituições de Crédito por notação de *rating* interno apresenta-se como segue. Note-se que o negócio de *Private Banking* representa cerca de 33,1% desta carteira (31.12.2011: 25,7%) e não dispõe de notação de *rating* interno, dado que os seus activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor.

	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Rating interno				
Rating Aaa a Aa4	81.032	2,4%	123.966	3,4%
Rating A1 a A4	101.157	3,0%	229.262	6,3%
Rating Baa1 a Baa4	1.590.547	46,4%	1.674.250	46,3%
Rating Ba1 a Ba6	400.634	11,7%	498.697	13,8%
Rating B1 a B4	51.928	1,5%	99.661	2,8%
Rating inferior a B4	55.568	1,6%	50.129	1,4%
Sem rating	11.145	0,3%	11.718	0,3%
Private Banking	1.133.289	33,1%	928.102	25,7%
	3.425.300	100,0%	3.615.785	100,0%

- A carteira de crédito a clientes tem mantido uma performance elevada, não existindo valores relevantes de crédito vencido;

- Apenas 0,31% da carteira de crédito a clientes se encontra vencido ou em imparidade (31.12.2011: 0,30%);

3.2.3. Concentração geográfica de activos financeiros com risco de crédito

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Grupo a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente no crédito a clientes, nas aplicações em outras instituições financeiras, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo e nos derivados.

Para além desta exposição de risco de crédito em balanço, o Grupo assume exposição a risco de crédito em elementos classificados em rubricas extrapatrimoniais, garantias e compromissos irrevogáveis de concessão de crédito.

O quadro seguinte apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por região geográfica, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Na construção deste quadro, o Grupo considerou, para efeitos de categorização geográfica, o país de domicílio da contraparte final do risco de crédito.

	Portugal	Resto da UE	Resto da Europa	América do Norte	América Central e Caraíbas	América do Sul	Resto do Mundo	Private Banking (*)	Não alocado	Total
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	461	73.822	5.607	36.163	519	6.377	155	-	-	123.104
Activos financeiros detidos para negociação	930	23.113	15.258	13.099	-	289.257	642	99.476	-	441.775
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	81.473	-	-	-	81.473
Activos financeiros disponíveis para venda	3.597	86.306	2.007	41.684	-	19.158	-	-	-	152.752
Aplicações em Instituições de Crédito	-	318.306	-	82.227	11.839	75.793	-	-	-	488.165
Crédito a Clientes	346.957	812.212	140.555	86.406	-	445.832	-	1.105.173	-	2.937.135
Outros activos	1.427	4.203	83.131	429.090	-	-	-	-	48.330	566.181
31 de Dezembro de 2012	353.372	1.317.962	246.558	688.669	12.358	917.890	797	1.204.649	48.330	4.790.585
31 de Dezembro de 2011	393.896	1.364.444	184.447	853.828	48.193	1.113.246	389	1.057.471	48.489	5.064.403

(*) Corresponde ao negócio de *Private Banking*, cujos activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor.

3.2.4. Concentração sectorial de activos financeiros com risco de crédito

Os quadros seguintes apresentam a exposição do Grupo, em termos de risco do devedor imediato, de acordo com os valores de balanço dos activos, categorizados por sector de actividade, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Sector	Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Aplicações em Instituições de Crédito	Crédito a Clientes	Outros activos	Dez-2012 Total	%	Dez-2011 Total	%
ADM. PÚBLICA	-	127.834	81.473	126.126	-	-	-	335.433	7,0%	232.919	4,6%
ADUBOS FERTILIZANTES E QUÍMICOS DO SOLO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.550	1,6%
ALIMENTOS	-	-	-	-	-	11.255	-	11.255	0,2%	6.252	0,1%
AUTOPEÇAS E ACESSÓRIOS	-	1.294	-	-	-	133.629	-	134.923	2,8%	131.653	2,6%
BANCOS	123.104	88.307	-	26.626	488.165	26.263	517.851	1.270.316	26,5%	1.423.114	28,1%
BEBIDAS	-	7	-	-	-	34.179	-	34.186	0,7%	59.547	1,2%
CARNES	-	-	-	-	-	23.128	-	23.128	0,5%	48.749	1,0%
CONSTRUÇÃO PESADA	-	4.677	-	-	-	353.361	-	358.038	7,5%	157.910	3,1%
CELULOSE E PAPEL	-	53	-	-	-	74.469	-	74.522	1,6%	88.452	1,7%
ENERGIA	-	7.967	-	-	-	88.018	-	95.985	2,0%	107.122	2,1%
MATERIAIS DE CONTRUÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.969	2,7%
METALURGIA E SIDERURGIA	-	1.409	-	-	-	176.202	-	177.611	3,7%	266.532	5,3%
MINERAÇÃO	-	15.205	-	-	-	6.204	-	21.409	0,4%	19.492	0,4%
PETRÓLEO & GÁS	-	9.511	-	-	-	137.975	-	147.486	3,1%	265.256	5,2%
PETROQUÍMICA	-	-	-	-	-	33.562	-	33.562	0,7%	37.604	0,7%
TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	248.994	-	248.994	5,2%	262.937	5,2%
TEXTIL	-	933	-	-	-	-	-	933	-	6.871	0,1%
AÇÚCAR E ALCOÓL	-	-	-	-	-	111.982	-	111.982	2,3%	118.519	2,3%
UTILIDADES DOMÉSTICAS	-	22.462	-	-	-	-	-	22.462	0,5%	14.200	0,3%
PRIVATE BANKING	-	-	-	-	-	1.105.173	-	1.105.173	23,1%	873.832	17,3%
OUTROS	-	162.116	-	-	-	372.741	48.330	583.187	12,3%	723.923	14,4%
	123.104	441.775	81.473	152.752	488.165	2.937.135	566.181	4.790.585	100,1%	5.064.403	100,0%

3.2.5. Qualidade da carteira de crédito a clientes

A carteira de crédito a clientes do Grupo é analisada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Crédito a clientes:		
- Não vencidos e não em imparidade	2.943.377	3.059.414
- Vencidos mas não em imparidade	-	1
- Em imparidade	9.017	9.017
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(3.365)	(5.789)
Valor bruto do crédito a clientes	2.949.029	3.062.643
Imparidade do crédito	(11.894)	(12.250)
Valor líquido do crédito a clientes	2.937.135	3.050.393

a) Créditos a clientes não vencidos e não em imparidade

A qualidade de crédito da carteira de créditos a clientes que não estão vencidos nem em imparidade pode ser avaliada tendo como referência o sistema de *rating* interno do Grupo.

	31.12.2012				31.12.2011			
	Exposição		Provisão para Imparidade		Exposição		Provisão para Imparidade	
		%		%		%		%
<i>Rating</i> Aaa a Aa4	2.384	0,1%	1	0,0%	28.965	0,9%	1	0,0%
<i>Rating</i> A1 a A4	86.204	2,9%	54	1,9%	144.557	4,7%	86	2,7%
<i>Rating</i> Baa1 a Baa4	1.250.594	42,5%	1.287	44,7%	1.365.717	44,6%	1.347	41,7%
<i>Rating</i> Ba1 a Ba6	379.524	12,9%	787	27,4%	483.866	15,8%	998	30,9%
<i>Rating</i> B1 a B4	52.232	1,8%	304	10,6%	100.096	3,3%	309	9,6%
<i>Rating</i> inferior a B4	56.081	1,9%	406	14,1%	50.624	1,7%	452	14,0%
<i>Sem rating</i>	11.145	0,4%	-	0,1%	11.718	0,4%	-	-
<i>Private Banking</i>	1.105.213	37,5%	38	1,2%	873.871	28,6%	39	1,1%
	2.943.377	100,0%	2.877	100,0%	3.059.414	100,0%	3.232	100,0%

De notar que o negócio *Private Banking* não dispõe de notação de *rating* interno, dado que os seus activos se encontram maioritariamente colateralizados por depósitos ou títulos valorizados ao justo valor. A exposição classificada como “sem *rating*” corresponde ao crédito concedido a empregados.

b) Créditos a clientes vencidos mas não em imparidade

Créditos vencidos a menos de 90 dias não são considerados como estando em imparidade, a não ser que exista informação disponível em contrário. Os créditos a clientes vencidos mas não em imparidade analisam-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Crédito e juros vencidos		
Classe I - até 3 meses	-	1
Classe II - de 3 até 6 meses	-	-
Classe III e IV - de 6 até 12 meses	-	-
Juros vencidos a regularizar	-	-
	-	1

c) Créditos a clientes considerados individualmente em imparidade

O montante de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade é de €9.017 milhares (31.12.2011: €9.017 milhares). Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, este valor corresponde a uma operação de crédito em favor de uma sociedade espanhola que se declarou em estado de insolvência (*concurso de acreedores*), situação que foi homologada pelo Tribunal competente em Espanha e que se estende a certas entidades afiliadas da devedora e seus respectivos activos (localizados dentro e fora da Espanha). Actualmente, o projecto de reestruturação da dívida está em negociação com o sindicato bancário. Embora o contrato preveja a constituição de garantias reais associadas, o Grupo optou por não as considerar devido à dificuldade na sua valorização e à incerteza jurídica quanto à sua válida e tempestiva constituição, tendo ainda decidido constituir a cobertura de 100% do risco total incorrido nesta transacção.

d) Créditos renegociados

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Grupo, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor total dos créditos renegociados, que de outra forma estariam em imparidade, ascendem a €58.532 milhares (31.12.2011: €59.241 milhares).

3.2.6. Qualidade da carteira de títulos

O quadro abaixo apresenta uma análise dos títulos de negociação, títulos disponíveis para venda e outros títulos ao justo valor através de resultados, por *rating* da agência Standard & Poors, ou equivalente, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

31.12.2012		
Activos financeiros de negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
AAA	99.670	-
AA+ a AA-	26.456	-
A+ a A-	3.872	-
BBB+ a BBB-	19.158	81.473
Inferior a BBB-	3.596	-
Sem rating	-	-
Total	152.752	81.473

31.12.2011		
Activos financeiros de negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros ao justo valor através de resultados
AAA	31.057	-
AA+ a AA-	3.449	-
A+ a A-	2.871	-
BBB+ a BBB-	-	76.535
Inferior a BBB-	1.419	-
Sem rating	2.334	-
Total	41.130	76.535

3.3. Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras do Grupo, como, por exemplo, o risco de oscilações nas taxas de juro e de câmbio ou no preço das acções.

O Grupo assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira e outros produtos expostos a movimentos gerais e específicos do mercado.

O Grupo estima as perdas potenciais que poderão advir de alterações nas condições de mercado. O Grupo aplica a metodologia de VaR - *value at risk - stress testing*, que se baseia em modelos estatísticos que estimam o risco de perda através de padrões históricos de preços e volatilidade. A abordagem utiliza conceitos estatísticos que estimam a probabilidade do valor de um instrumento financeiro situar-se acima ou abaixo de determinado montante. A Comissão Executiva determina limites para o valor do risco que pode ser aceite, sendo monitorizado numa base diária.

A maioria da exposição ao risco de mercado no Grupo está concentrada na actividade da Mesa Proprietária, que se dedica a transaccionar instrumentos financeiros derivados e a gerir posições com o objectivo de beneficiar da evolução dos mercados financeiros. No cálculo dessa exposição, o Grupo utiliza o VaR paramétrico com um intervalo de confiança de 99% e um *holding period* de 1 dia, assumindo-se uma distribuição de retornos normal (*Daily Earnings at Risk*). Este indicador é calculado pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e monitorizado pela Comissão Executiva numa base regular.

Em 31 de Dezembro de 2012, os riscos de mercado da Mesa Proprietária em termos consolidados apresentavam um DEaR (perda potencial esperada (VaR) para um dia, calculado com um intervalo de confiança de 99%), conforme segue em milhares de EUR:

International Trading Desk				
DEaR 99%	1º Semestre	2º Semestre	2012	2011
Taxa de Juro	102,96	68,55	85,68	493,06

3.4. Risco cambial

O Grupo assume exposição aos efeitos de flutuações cambiais nas suas posições financeiras e *cash flows*.

Aplicações e recursos de instituições financeiras, títulos, crédito a clientes e derivados de moeda expõem o Grupo a risco cambial. O Grupo gere este risco colocando limites ao *mismatch* entre activos, passivos e extrapatrimoniais em cada moeda. A Comissão Executiva aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os activos e passivos do Grupo denominados em moeda estrangeira apresentam-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo líquido						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	428.673	83.131	511.804	515.873	6.334	522.207
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	75.287	21.403	96.690	124.240	20.691	144.931
Activos financeiros detidos para negociação	193.371	241.525	434.896	284.921	285.515	570.436
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	81.473	81.473	-	76.535	76.535
Activos financeiros disponíveis para venda	68.712	32.931	101.643	-	858	858
Aplicações em Instituições de Crédito	409.545	7.352	416.897	493.137	-	493.137
Crédito a Clientes	1.984.326	15.088	1.999.414	2.079.999	23.734	2.103.733
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	5.363	4.050	9.413	5.917	1.875	7.792
Activos intangíveis	78.936	866	79.802	83.203	2.769	85.972
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	3.901	25	3.926	1.613	8	1.621
Activos por impostos diferidos	11.754	6.399	18.153	-	5.226	5.226
Outros activos	41.579	2.523	44.102	36.280	10.495	46.775
	3.301.447	496.766	3.798.213	3.625.183	434.040	4.059.223
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	401.971	30.137	432.108	522.793	25.427	548.220
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras Instituições de Crédito	371.138	-	371.138	358.045	4.771	362.816
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1.576.669	20.471	1.597.140	1.400.503	21.253	1.421.756
Responsabilidades representadas por títulos	1.513.360	3.229	1.516.589	1.509.536	2.117	1.511.653
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	10.000	-	10.000	4.605	1.635	6.240
Passivos por impostos diferidos	11.625	-	11.625	10.610	-	10.610
Passivos subordinados	22.805	-	22.805	23.242	-	23.242
Outros passivos	48.120	11.030	59.150	60.141	15.697	75.838
	3.955.688	64.867	4.020.555	3.889.475	70.900	3.960.375
Posição global operacional	(654.241)	431.899	(222.342)	(264.292)	363.140	98.848

No que diz respeito ao risco cambial a que o Grupo se encontra exposto, este não poderá ser observado pelas posições líquidas de balanço, devido ao tipo de estruturas de produtos financeiros negociados. Desta forma, e com referência a 31 de Dezembro de 2012, as posições líquidas em moedas estrangeiras de exposição a risco cambial, bem como o impacto em resultados antes de impostos resultante de uma depreciação de 10% do Euro face a essas moedas, apresenta-se no quadro que se segue:

	Posição		Impacto
	Longa	Curta	
Dólares americanos	-	(1.549)	(155)
Reais do Brasil	748	-	75
Libra esterlina	-	(1.846)	(185)
Outras moedas	14.784	-	1.478
Total	15.532	(3.395)	1.213

3.5. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os *cash flows* de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Aplicações e recursos em instituições financeiras, crédito a clientes, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O Grupo gere o seu risco de taxa de juro colocando limites no nível de *mismatch* de refixação de taxa de juro que pode ser suportado. A Comissão Executiva aprova limites ao nível de exposição a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Estão incluídos no quadro seguinte os activos e passivos do Grupo (excluindo os de negociação), ao valor de balanço, categorizados pela mais recente entre as datas de refixação de taxa de juro e de maturidade.

31 de Dezembro de 2012	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	428.673	-	-	-	-	88.374	517.047
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	123.104	123.104
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	81.473	-	-	-	81.473
Activos financeiros disponíveis para venda	-	9.494	52.561	55.996	34.701	-	152.752
Aplicações em Instituições de Crédito	359.307	-	27.086	-	-	101.772	488.165
Crédito a Clientes	814.912	857.400	1.041.634	185.855	11.039	26.295	2.937.135
Outros activos	-	-	-	-	-	198.918	198.918
Total de activos (excluindo os de negociação)	1.602.892	866.894	1.202.754	241.851	45.740	538.463	4.498.594
Passivos							
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	176.905	263.736	-	-	20.684	461.325
Recursos de Clientes e outros empréstimos	81.011	53.167	108.440	12.291	-	1.315.304	1.570.213
Responsabilidades representadas por títulos	96.110	709.711	274.571	231.789	-	302.614	1.614.795
Passivos subordinados	-	22.805	-	-	-	-	22.805
Outros passivos	-	-	-	-	-	92.959	92.959
Total de passivos (excluindo os de negociação)	177.121	962.588	646.747	244.080	-	1.731.561	3.762.097
	1.425.771	(95.694)	556.007	(2.229)	45.740		
31 de Dezembro de 2011							
	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total de activos (excluindo os de negociação)	986.554	265.690	541.910	1.151.827	217.411	1.474.621	4.638.013
Total de passivos (excluindo os de negociação)	452.875	626.345	1.320.619	343.172	23.242	1.310.297	4.076.550
	533.679	(360.655)	(778.709)	808.655	194.169		

Em 31 de Dezembro de 2012, as taxas de juro máxima e mínima, para activos e passivos (excluindo os de negociação) em EUR e USD, apresentam-se como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Taxa de Juro Máxima	Taxa de Juro Mínima	Taxa de Juro Máxima	Taxa de Juro Mínima
EUR				
Activos	8,42%	0,29%	8,42%	0,75%
Passivos	4,20%	0,11%	3,31%	0,35%
USD				
Activos	9,10%	0,002%	9,10%	0,02%
Passivos	5,50%	0,01%	5,50%	0,05%

Em relação aos activos e passivos de negociação, é de salientar que devido às características específicas de alguns desses produtos, estes podem atingir taxas de juro elevadas. Em substância, estas taxas não reflectem a rentabilidade efectiva das operações já que existem operações de derivados que proporcionam uma cobertura económica de parte dessa mesma rentabilidade.

O Grupo utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais próprios de um aumento imediato de 1% (100 *basis points*) em taxas de juro de mercado. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimadas descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 1% em taxas de juro de mercado para todas as moedas nas quais o Grupo tem instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2012 resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de aproximadamente €1.589 milhares e do capital próprio de aproximadamente €7.032 milhares.

3.6. Risco de liquidez

O Grupo está exposto a risco de liquidez. A Comissão Executiva estabelece limites à proporção mínima de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura.

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Grupo segundo os parâmetros recomendados pelas Autoridades de Supervisão e em conformidade com as boas práticas emanadas pelo Bank for International Settlements – BIS. Desta forma, a análise do risco de liquidez é elaborada com base em projecções para diversos cenários, avaliando-se os respectivos planos de contingência e projectando-se, em função destes cenários, a evolução do índice de liquidez do Grupo. Adicionalmente, com base num sistema de gestão financeira integrada, capaz de produzir diariamente informação sobre os fluxos de caixa, são devidamente monitorizados os limites que vinculam as actividades da instituição (v.g. limites máximos de *mismatch* por maturidades, limite mínimo de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura, entre outros).

O quadro seguinte analisa os activos e passivos financeiros do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos e passivos tendo em conta a data em que será efectuado o pagamento, recebimento ou vencimento das operações. No que diz respeito a instrumentos financeiros derivados, estes têm em consideração todos os *cash flows* futuros líquidos existentes.

31 de Dezembro 2012						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	2.304	621	26.242	193.988	15.076	238.231
Recursos de outras Instituições de crédito	10.103	187.187	256.028	9.095	-	462.413
Recursos de clientes	1.386.156	42.012	58.462	12.151	-	1.498.781
Responsabilidades representadas por títulos	71.934	454.061	605.269	494.449	27.020	1.652.733
Passivos subordinados	-	127	-	22.737	-	22.864
Outros Passivos	25.956	39.014	12.662	11.625	-	89.257
Total Passivos Financeiros	1.496.453	723.022	958.663	744.045	42.096	3.964.279
Total Activos Financeiros	1.679.096	538.221	525.026	1.474.635	423.397	4.640.375
Gap de Liquidez por Intervalo						
	182.643	(184.801)	(433.637)	730.590	381.301	676.096
Gap de Liquidez acumulado						
	182.643	(2.157)	(435.794)	294.795	676.096	
31 de Dezembro 2012						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Derivados - Negociação						
Fluxo Positivo	288.620	489.335	200.522	150.639	16.275	1.145.391
Fluxo Negativo	(289.538)	(486.777)	(184.179)	(131.002)	(24.360)	(1.115.856)
Total	(918)	2.558	16.343	19.637	(8.085)	29.535
31 de Dezembro 2011						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	433	19.103	18.259	183.021	42.534	263.350
Recursos de outras Instituições de crédito	149.274	33.421	564.444	60.342	-	807.481
Recursos de clientes	1.310.215	85.319	39.927	29.279	-	1.464.740
Responsabilidades representadas por títulos	119.259	277.830	911.332	336.968	-	1.645.389
Passivos subordinados	-	855	-	59.970	23.186	84.011
Outros Passivos	44.953	42.014	10.217	10.610	-	107.794
Total Passivos Financeiros	1.624.134	458.542	1.544.179	680.190	65.720	4.372.765
Total Activos Financeiros	1.933.273	299.017	687.898	1.474.324	407.160	4.801.673
Gap de Liquidez por Intervalo						
	309.139	(159.525)	(856.281)	794.134	341.440	428.908
Gap de Liquidez acumulado						
	309.139	149.614	(706.666)	87.467	428.908	
31 de Dezembro 2011						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Derivados - Negociação						
Fluxo Positivo	528.245	104.213	175.546	79.027	2.982	890.013
Fluxo Negativo	(527.570)	(101.364)	(162.889)	(62.342)	-	(854.165)
Total	675	2.849	12.657	16.685	2.982	35.848

3.7. Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para activos financeiros não cotados, nomeadamente para derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são o modelo de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado.

3.7.1. Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros que não se encontram mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras apresenta-se como segue, com as respectivas diferenças para o seu valor contabilístico:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença
Activos financeiros						
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	123.104	123.104	-	163.550	163.550	-
Aplicações em Instituições de crédito	488.472	488.165	307	565.535	565.392	143
Crédito a clientes	2.951.120	2.937.135	13.985	3.101.100	3.050.393	50.707
Passivos Financeiros						
Recursos de outras Instituições de Crédito	465.190	461.325	3.865	806.163	803.264	2.899
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1.572.906	1.570.213	2.693	1.461.172	1.459.161	2.011
Responsabilidades representadas por títulos	1.616.204	1.614.795	1.409	1.618.456	1.618.289	167
Passivos subordinados	22.873	22.805	68	84.936	83.116	1.820

a) Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito

Para as disponibilidades, aplicações a taxa variável e depósitos *overnight*, o valor de balanço é considerado como uma aproximação do justo valor. O justo valor estimado para os depósitos a taxa fixa é baseado nos *cash flows* descontados às taxas de mercado monetário prevalecentes para aplicações com risco de crédito e prazo residual semelhante.

b) Crédito a clientes

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. O justo valor estimado do crédito representa o montante descontado dos *cash flows* futuros cujo recebimento é expectável. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

c) Recursos de instituições de crédito e de clientes

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o montante de reembolso. O justo valor estimado dos depósitos a taxa fixa é baseado em *cash flows* descontados utilizando taxas de juro para novos recursos com prazo residual similar.

d) Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor estimado das emissões representa o valor descontado dos *cash flows* esperados a serem pagos. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

3.7.2. Activos e passivos mensurados ao justo valor

O quadro seguinte classifica as mensurações do justo valor do Grupo, baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecte o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

Activos e passivos mensurados ao justo valor	31.12.2012				31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos de dívida	127.834	-	-	127.834	127.734	-	-	127.734
- Títulos de capital	110.626	-	-	110.626	136.235	-	-	136.235
- Derivados	316	202.999	-	203.315	191	309.459	-	309.650
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	81.473	-	-	81.473	76.535	-	-	76.535
- Títulos de dívida								
Activos financeiros disponíveis para venda	131.766	20.986	-	152.752	38.796	2.334	-	41.130
Total de activos mensurados ao justo valor	452.015	223.985	-	676.000	379.491	311.793	-	691.284
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados								
- Structured Linked Notes	-	238.231	-	238.231	-	263.351	-	263.351
- Derivados	25.193	171.510	-	196.703	26.916	265.288	-	292.204
Total de passivos mensurados ao justo valor	25.193	409.741	-	434.934	26.916	528.639	-	555.555

3.8. Gestão de Capital

A Itaúsa Europa Investimentos qualifica-se como “companhia financeira-mãe” (*financial holding company*) do Grupo e, nesta medida, é sobre ela que incide a supervisão em base consolidada exercida pelo Banco de Portugal.

É desta forma que o Grupo está obrigado ao cumprimento de toda a regulamentação bancária vigente em Portugal e na União Europeia, nomeadamente a que decorre da transposição para o direito interno, ocorrida em 2007, das Directivas Comunitárias 2006/48/EC e 2006/49/EC.

Estas duas Directivas integram ao direito comunitário as iniciativas mais recentes sobre regulamentação prudencial da actividade bancária, com destaque para as elaboradas no âmbito do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. Em resumo, tais iniciativas têm por objectivo assegurar que os níveis dos fundos próprios estejam sempre adequados ao perfil de risco de cada instituição, evoluindo em conformidade com este perfil.

No quadro legislativo local, o conjunto habitualmente conhecido como Capital Requirements Directive, reformulado nos termos descritos acima, está hoje transposto para a ordem jurídica portuguesa por meio do Decreto-Lei n.º 103/2007 e do Decreto-Lei n.º 104/2007, e em Avisos e Instruções do Banco de Portugal elaborados ou alterados na sua sequência.

Neste renovado quadro legal, a adopção pelas instituições bancárias de processos de avaliação, medição e controlo dos riscos inerentes à actividade ganha ainda maior relevância. Pela mesma razão, é também enfatizada a necessidade de as instituições disporem de estruturas de governança corporativa que favoreçam uma gestão mais segura e responsável do negócio, sendo ainda ressaltada a importância do rácio de solvabilidade das instituições.

O Grupo tem historicamente mantido rácios substancialmente superiores ao mínimo de 8% exigido pelo Banco de Portugal, sendo que, em termos consolidados na Itaúsa Europa Investimentos, este rácio atingiu em Dezembro de 2012 o valor de 18,8%.

A tabela seguinte sumariza a composição do capital regulatório e dos rácios do Grupo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Durante estes dois períodos, as entidades individuais do Grupo e o Grupo cumpriram com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitos.

	2012 Basel II	2011 Basel II
Fundo Próprios de Base		
Capital realizado	517.952	407.390
Prémio de emissão	97.409	55.078
Reservas legais e outras formadas por resultados não distribuídos	113.756	163.298
Interesses não controlados	24	25
Resultados do último exercício	-	(49.266)
Diferenças negativas de primeira consolidação	-	-
Menos: Activos intangíveis	(81.494)	(91.112)
Menos: Insuficiência de provisões	-	-
Menos: Diferenças de reavaliação	(385)	1.185
Menos: investimentos em instituições financeiras	-	(15.805)
Fundo Próprios de Base Totais	647.262	470.792
Fundo Próprios Complementares		
Provisões para riscos gerais de crédito	-	-
Empréstimos subordinados	22.738	71.202
Fundo Próprios Complementares Totais	22.738	71.202
Menos: investimentos em instituições financeiras	-	(15.805)
Fundos Próprios Elegíveis	670.000	526.189
Requisitos de Fundos Próprios	284.971	322.358
Activos ponderados pelo risco¹	3.562.136	3.592.320
Rácio de adequação de fundos próprios de base (TIER I)	18,2%	11,7%
Rácio de adequação de fundos próprios (TIER II)	18,8%	13,1%

¹ Requisitos Totais x 12,5

3.9. Contabilidade de Cobertura

Cobertura de investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras

O Grupo cobre parte do seu risco cambial de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras através da contratação de derivados *Swaps* de moeda, directamente com o mercado.

Não foi reconhecida ineficácia em resultados decorrente de coberturas em investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras. Não foram transferidos de reservas para resultados quaisquer montantes em 2012, dado não se terem verificado alienações de unidades operacionais estrangeiras.

3.10. Actividade Fiduciária

Através da sua subsidiária Itau Bank & Trust Bahamas, o Grupo desenvolve actividades fiduciárias que resultam na detenção e/ ou colocação de activos de particulares, *trusts* e outras instituições. Estes activos, bem como o resultado por eles gerado, estão excluídos destas demonstrações financeiras, dado que não se tratam de activos do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2012, encontravam-se sob gestão do Itau Bank & Trust Bahamas 213 *trusts* com o valor total de USD 661 milhões (31.12.2011: 216 *trusts*, com o valor total de USD 690 milhões).

NOTA 4 - RELATO POR SEGMENTOS

O relato por segmentos apresentado, segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

- *Corporate & Investment Banking* - O segmento de *Corporate & Investment Banking* apoia as necessidades financeiras de empresas com actividade e presença internacional, sendo um importante *player* no nicho de mercado das operações financeiras internacionais associadas ao financiamento das relações comerciais e de investimento entre a América Latina e a Europa. Dentre os diversos serviços e produtos oferecidos destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas e de cobertura de risco (derivados cambiais e de taxa de juro), em especial envolvendo a casa mãe europeia de empresas estabelecidas na América Latina, o financiamento de exportações entre as melhores empresas clientes do Itaú Unibanco e empresas europeias, a prestação de serviços de consultoria e/ou financiamento a empresas europeias que investem na América Latina, assim como a empresas da América Latina no seu processo de internacionalização. Este segmento agrupa ainda todas as actividades desenvolvidas pelo Grupo nos mercados financeiros, de capitais e de derivados, quer para suprir as necessidades de financiamento das restantes actividades do Grupo, quer desenvolvendo actividades de intermediação financeira e de gestão de activos próprios. Tais actividades envolvem nomeadamente a captação e aplicação de fundos nos mercados interbancários, a emissão de títulos de dívida e produtos estruturados de captação próprios, a intermediação (montagem e distribuição) de títulos de dívida por conta de clientes, sobretudo grandes empresas e grupos económicos clientes do Grupo Itaú Unibanco, o investimento e negociação por conta própria de títulos, derivados e produtos estruturados, quer com investidores institucionais quer com empresas clientes.

- *Private Banking* - A área de *Private Banking* internacional é desenvolvida pelo Banco Itaú Europa Luxemburgo, pelo Banco Itaú Europa International, pelo Itau Bank & Trust Bahamas e pelo Banco Itaú Suisse. Consiste na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, nomeadamente disponibilizando uma base diversificada e especializada de fundos de investimento, negociando e administrando por sua conta títulos e outros instrumentos financeiros assim como gerindo *trusts* e *investment companies* por conta dos clientes.

- Outros - Este segmento engloba a participação financeira na associada IPI, entre outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total dos proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

31 de Dezembro de 2012	<i>Corporate&Investment Banking</i>	<i>Private Banking</i>	Outros	Eliminações	Total
Proveitos externos	82.186	109.435	-	-	191.621
Proveitos intra-segmento	-	-	-	-	-
Total de proveitos	82.186	109.435	-	-	191.621
Custos do segmento	(47.050)	(18.272)	-	-	(65.322)
Produto Bancário do segmento	35.136	91.163	-	-	126.299
Custos de estrutura	(36.145)	(83.720)	-	-	(119.865)
Imparidades e Provisões líquidas	402	-	-	-	402
Resultado antes de impostos	(607)	7.443	-	-	6.836
Impostos sobre os lucros	711	5.778	-	-	6.489
Resultados da associada	-	-	2.272	-	2.272
Resultado consolidado global	104	13.221	2.272	-	15.597
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	-	-	-	-
Resultado consolidado do Grupo	104	13.221	2.272	-	15.597
Activos por segmento	3.198.620	2.135.332	23.437	(416.216)	4.941.173
Passivos por segmento	2.835.843	1.777.404	-	(416.216)	4.197.031

31 de Dezembro de 2011	<i>Corporate&Investment Banking</i>	<i>Private Banking</i>	Outros	Eliminações	Total
Proveitos externos	98.559	99.831	-	-	198.390
Proveitos intra-segmento	-	-	-	-	-
Total de proveitos	98.559	99.831	-	-	198.390
Custos do segmento	(34.387)	(14.602)	-	-	(48.989)
Produto Bancário do segmento	64.172	85.229	-	-	149.401
Custos de estrutura	(29.996)	(82.089)	-	-	(112.085)
Imparidades e Provisões líquidas	(462)	(10.166)	-	-	(10.628)
Resultado antes de impostos	33.714	(7.026)	-	-	26.688
Impostos sobre os lucros	(10.298)	(3.172)	-	-	(13.470)
Resultados da associada	-	-	(62.485)	-	(62.485)
Resultado consolidado global	23.416	(10.198)	(62.485)	-	(49.267)
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	1	-	-	1
Resultado consolidado do Grupo	23.416	(10.197)	(62.485)	-	(49.266)
Activos por segmento	4.138.158	2.387.682	31.611	(1.345.819)	5.211.632
Passivos por segmento	3.928.949	2.052.172	-	(1.345.819)	4.635.302

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes / activos e reparte-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2012	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Portugal	361.017	91.182	44.000	12.117	1.264
Resto da UE	1.370.291	242.914	292.962	43.473	1.978
Resto da Europa	155.301	81.589	37.896	2.079	3.605
América do Norte	796.871	74.230	212.240	11.222	680
América Central e Caraíbas	142.572	470.194	10.832	1.300	25
América do Sul	1.843.537	1.241.286	335.596	118.755	-
Resto do Mundo	13.743	1.879.510 (*)	9.273	2.675	-
Investimentos em associadas	23.437	-			
Activos / Passivos não alocados	234.404	116.126			
Total	4.941.173	4.197.031	942.799	191.621	7.552

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

31 de Dezembro de 2011	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Portugal	404.814	29.849	41.500	20.124	4.163
Resto da UE	1.425.872	746.669	407.740	40.205	1.243
Resto da Europa	158.915	72.068	2	1.573	996
América do Norte	836.603	155.122	166.140	6.014	817
América Central e Caraíbas	451.200	512.932	48.603	7.660	67
América do Sul	1.601.802	991.846	663.335	120.581	-
Resto do Mundo	389	1.965.991 (*)	80	2.233	-
Investimentos em associadas	31.611	-			
Activos / Passivos não alocados	300.426	160.825			
Total	5.211.632	4.635.302	1.327.400	198.390	7.286

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

NOTA 5 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	113	125
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1.426	5.215
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros	515.508	539.955
	517.047	545.295

NOTA 6 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, as Disponibilidades em outras Instituições de Crédito analisam-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	461	515
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à Ordem	122.643	163.035
	123.104	163.550

NOTA 7 - ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	127.834	126.186
Obrigações de outros emissores estrangeiros	-	1.548
Instrumentos de capital		
Acções	110.626	136.235
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 8)</u>		
Derivados de Negociação	106.144	131.429
Derivados Embutidos	97.171	178.221
	441.775	573.619

O detalhe dos activos financeiros detidos para negociação, que não instrumentos derivados, é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida			
Emitidos por não residentes			
De emissores públicos estrangeiros			
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	247 190	127.834
			127.834
Instrumentos de capital			
Emitidos por não residentes			
BOVESPA	BRL	34 549 906	110.626
			110.626
			238.460

NOTA 8 - DERIVADOS

O Grupo contrata derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-The-Counter*) e em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço (ver Notas 7 e 18) e tem impacto imediato em resultados.

O valor nocional é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

A rubrica de Derivados de Negociação analisa-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor Nocial	Valor de Balanço	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps	4.090.018	62.590	(33.265)	1.915.588	46.774	(17.883)
Caps & Floors	58.954	560	(11)	22.683	267	(13)
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	3.373	-	-	3.439	-	-
Venda	(76)			-		
Futuros						
Compra	96.066	316	(25.193)	121.725	191	(26.916)
Venda	(976.170)			(2.637.815)		
Contratos sobre taxa de câmbio						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	25.513	517	(490)	179.299	968	(805)
Venda	(19.866)			(179.869)		
Opções de venda						
Compra	27.276	280	(260)	64.499	2.035	(2.128)
Venda	(28.204)			(64.499)		
Forwards						
Compra	867.559	19.442	(14.686)	1.244.020	38.196	(32.399)
Venda	(862.877)			(1.231.274)		
Swaps						
Compra	691.830	446	(5.509)	347.369	2.144	(31)
Venda	(696.769)			(344.610)		
Cross Currency Swaps	(377)	244	-	-	-	-
Contratos sobre cotações						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	266.879	9.570	(3.409)	276.984	11.729	(4.002)
Venda	(223.189)			(178.152)		
Opções de venda						
Compra	162.184	9.579	(90.129)	195.360	27.324	(160.910)
Venda	(730.716)			(772.744)		
Equity Swaps	1.288	236	-	-	-	-
Contratos sobre outro tipo de subjacente						
Credit Default Swaps	(371.803)	2.364	(2.124)	(257.871)	1.801	(3.783)
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	-	-	-	-	-	-
Venda	-			-		
Opções de venda						
Compra	-	-	-	-	-	-
Venda	-			(580)		
		106.144	(175.076)		131.429	(248.870)

A rubrica de Derivados Embutidos, em 31 de Dezembro de 2012, corresponde a montantes referentes a operações de derivados embutidos destacados de instrumentos financeiros compostos, os quais são analisados como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Cross Currency Swaps	1.555	(157)	9.887	(2.942)
Credit Default Swaps	2.124	(2.370)	3.878	(1.754)
Opções sobre cotações	93.471	(19.081)	164.448	(38.515)
Opções sobre moedas	21	(19)	8	(123)
	<u>97.171</u>	<u>(21.627)</u>	<u>178.221</u>	<u>(43.334)</u>

A rubrica de Derivados de cobertura, em 31 de Dezembro de 2012, corresponde ao justo valor de derivados *Swaps* de Moeda contrados para cobertura de parte do risco cambial do Grupo decorrente de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, os quais são analisados como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor Nocional	Valor de Balanço Activo	Passivo	Valor Nocional	Valor de Balanço Activo	Passivo
Derivados de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras						
<i>Swaps</i> de Moeda						
Compra	307.792	804	-	297.539	-	(3.197)
Venda	(307.015)	-	-	(300.700)	-	-
		<u>804</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>(3.197)</u>

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados visa eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (“falta de balanceamento contabilístico”) ou decorre do facto de os contratos subjacentes conterem um ou mais derivados embutidos destacáveis de acordo com a IAS 39 (ver Nota 2.2.2. a)).

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	81.473	76.535
	<u>81.473</u>	<u>76.535</u>

O detalhe destes activos é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ Preço		
Instrumentos de dívida						
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1-7-2014	BRL	58 000	370	89,94%	19.311	SAO PAULO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2014	BRL	180 000	370	93,29%	62.162	SAO PAULO
					81.473	
					81.473	

NOTA 10 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos nacionais	-	-
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	126.125	31.057
Obrigações de outros emissores nacionais		
Dívida não subordinada	1.769	1.419
Dívida subordinada	1.828	2.334
Obrigações de outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	19.158	2.412
Dívida subordinada	3.872	3.908
	152.752	41.130

Em 31 de Dezembro de 2012, os cupões mínimo e máximo observados na carteira de títulos disponíveis para venda são de 0,625% (UNITED STATES OF AMERICA – 30.11.2017) e 8% (CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – 28.09.2015).

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor Aquisição	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ Preço				
Instrumentos de dívida								
Emitidos por residentes								
Dívida não subordinada								
<i>Obrigações</i>								
CAIXA GERAL DEPOSITOS LISBON 28-9-2015	EUR	1 600	1.000	108,46%	1.600	1.769	135	LUXEMBOURG
					1.600	1.769	135	
Dívida subordinada								
<i>Obrigações</i>								
BANIF-LISBOA 30-12-2015	EUR	3 000	1.000	60,92%	3.000	1.828	(1.172)	LUXEMBOURG
					3.000	1.828	(1.172)	
Emitidos por não residentes								
De dívida pública estrangeira								
<i>Obrigações</i>								
REPUBLIC OF FRANCE 25-9-2013	EUR	5 000 000	1	101,42%	5.014	5.098	56	MTS FRANCE
KINGDOM OF BELGIUM 30-9-2013	EUR	10 000 000	1	103,06%	10.248	10.416	59	EURONEXT-BRUSS
KINGDOM OF BELGIUM 5-3-2015	USD	5 000 000	1	104,19%	3.850	4.034	98	FRANKFURT
KINGDOM OF BELGIUM 28-3-2019	EUR	10 000 000	1	117,00%	11.328	12.006	372	EURONEXT-BRUSS
NETHERLANDS GOVERNMENT 24-2-2017	USD	5 000 000	1	100,88%	3.821	3.836	2	EURONEXT-AMSTER
REPUBLIC OF FRANCE 13-7-2015	EUR	5 000 000	1	104,65%	5.060	5.280	173	MTS FRANCE
REPUBLIC OF FRANCE 26-10-2015	EUR	10 000 000	1	107,85%	10.725	10.841	60	EURONEXT-PARIS
UNITED KINGDOM 7-9-2017	GBP	2 500 000 000	0	100,63%	30.879	30.924	(53)	LONDON
UNITED STATES OF AMERICA 15-8-2022	USD	50 000	76	99,51%	3.769	3.794	2	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 31-10-2019	USD	100 000	76	100,88%	7.656	7.662	(10)	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 29-11-2019	USD	200 000	76	99,09%	15.027	15.033	(7)	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 30-11-2017	USD	200 000	76	99,68%	15.121	15.118	(12)	DTC
Switzerland Government Bond 4.25 % 5-6-2017	CHF	2 000 000	1	100,17%	-	2.007	(36)	SIX
UNITED STATES OF AMERICA 15-7-2014	USD	100 000	1	100,14%	-	76	-	NY
					122.498	126.125	704	
Dívida não subordinada								
<i>Obrigações</i>								
BANCO DO BRASIL NEW YORK 6-9-2013	USD	25 000 000	1	101,11%	-	19.158	117	-
					-	19.158	117	
Dívida subordinada								
<i>Obrigações</i>								
DEUTSCHE BANK AG 22-9-2015	EUR	4 000	1.000	96,77%	3.999	3.872	(128)	FRANKFURT
					3.999	3.872	(128)	
					131.097	152.752	(344)	

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	487.957	565.305
Juros a receber	208	87
	488.165	565.392

Em 31 de Dezembro de 2012, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em USD, é de 2,20% e de 0,04%, respectivamente.

NOTA 12 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Crédito interno		
Créditos em conta corrente a curto prazo	49.265	25.000
Empréstimos a médio e longo prazo	60.000	60.000
Representado por títulos	224.898	284.791
Créditos a empregados	11.145	11.718
Juros a receber	2.355	3.096
	347.663	384.605
Crédito ao exterior		
Créditos em conta corrente a curto prazo	29.963	32.941
Desconto de saque à importação	93.089	182.055
Empréstimos a curto prazo	168.955	232.007
Empréstimos a médio e longo prazo	2.288.186	2.210.967
Leasing	2.854	4.732
Juros a receber	12.667	12.107
	2.595.714	2.674.809
Crédito e juros vencidos	9.017	9.018
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(3.365)	(5.789)
Valor bruto do crédito a clientes	2.949.029	3.062.643
Imparidade do crédito	(11.894)	(12.250)
Valor líquido do crédito a clientes	2.937.135	3.050.393

Em 31 de Dezembro de 2012, a estrutura sectorial da carteira de crédito a clientes do Grupo (excluindo crédito e juros vencidos, imparidade, juros e comissões a receber e receitas com proveito diferido) é a seguinte:

	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Adbos fertilizantes e químicos do solo	-	-	80.377	2,6%
Alimentos	11.217	0,4%	6.183	0,2%
Autopeças e acessórios	134.089	4,6%	125.651	4,1%
Bancos	26.322	0,9%	104.920	3,4%
Bebidas	34.141	1,2%	57.999	1,9%
Calçados e artigos de couro	758	0,0%	5.228	0,2%
Carnes	23.224	0,8%	48.005	1,6%
Celulose e papel	74.213	2,5%	87.912	2,9%
Construção pesada	352.520	12,0%	154.045	5,1%
Geração, transmissão e distribuição de energia	88.450	3,0%	93.466	3,1%
Materiais de construção	-	-	138.400	4,5%
Metalurgia e siderurgia	176.186	6,0%	266.427	8,8%
Media	9.591	0,3%	10.749	0,4%
Mineração	6.161	0,2%	11.656	0,4%
Petróleo e gás	137.127	4,7%	235.045	7,7%
Petroquímica	33.565	1,1%	37.601	1,2%
Telecomunicações	248.472	8,5%	262.019	8,6%
Têxtil	-	-	5.640	0,2%
Usinas de açúcar e álcool	110.903	3,8%	117.729	3,9%
Importação e exportação	62.528	2,1%	78.943	2,6%
Private Banking	1.100.769	37,6%	869.608	28,6%
Outros sectores	298.119	10,3%	246.608	8,0%
	<u>2.928.355</u>	<u>100,0%</u>	<u>3.044.211</u>	<u>100,0%</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a taxa variável e a taxa fixa é de €1.911.069 milhares e €1.017.286 milhares, respectivamente.

NOTA 14 - GOODWILL E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Activos Intangíveis		
- Valor bruto	75.034	98.035
- Imparidade	-	(1.241)
- Amortizações acumuladas	(49.644)	(62.891)
	<u>25.390</u>	<u>33.903</u>
Goodwill		
- Valor bruto	56.103	66.099
- Imparidade	-	(8.890)
	<u>56.103</u>	<u>57.209</u>
	<u>81.493</u>	<u>91.112</u>

As diferenças de consolidação (*goodwill*) apresentadas resultam de aquisições de unidades, negócios e carteiras de *Private Banking*, que se verificaram no Grupo desde Maio de 2007.

De acordo com a IAS 36, este *goodwill* é anualmente testado para imparidade como parte do teste de imparidade do grupo de unidades geradoras de caixa com o qual está relacionado, e que deverá beneficiar da combinação de negócios da qual este *goodwill* resultou (conforme IFRS 8).

O teste de imparidade do *goodwill* consiste na comparação do valor actual dos cash flows futuros esperados nesse grupo de unidades geradoras de caixa, com o valor de balanço dos seus activos líquidos.

Em Dezembro de 2011, foi identificada imparidade no montante de €3.355 mil sobre o goodwill gerado na fusão entre o BIE Luxemburgo e UBB Lux (ocorrida em Agosto de 2009), uma vez que as actividades do BIE Luxemburgo estão a ser transferidas para Miami e Suíça, e a unidade está a ser progressivamente desactivada.

Além disso, o goodwill e intangível reconhecido por PPA na aquisição do Itau Bank&Trust Bahamas foi submetido a teste de imparidade, tendo em mente que a actividade bancária desta empresa migrou para outras empresas do grupo e as restantes receitas esperadas (actividade fiduciária) não são significativas. Sobre o intangível foi registado €1.241 milhares de imparidade (valor líquido deste intangível após a amortização acumulada) e sobre o goodwill foi registado €5.535 milhares de imparidade.

Segmento	Data de aquisição	Custo de aquisição		Goodwill		Intangível	
		USD'000	EUR'000	USD'000	EUR'000	USD'000	EUR'000
Private Banking	1º Semestre 2007	263.146	199.444	74.023	56.103	74.500	56.464
		<u>263.146</u>	<u>199.444</u>	<u>74.023</u>	<u>56.103</u>	<u>74.500</u>	<u>56.464</u>

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido	
	Saldo em 31.12.2011	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 31.12.2011
Activos intangíveis								
◦ Software	12.300	1.975	394	(197)	(10)	-	14.462	(9.515)
◦ Goodwill identificado como intangível	80.518	-	-	(1.479)	(22.575)	-	56.464	(52.448)
◦ Outros activos intangíveis	3.607	-	-	25	-	-	3.632	(928)
Activos intangíveis em curso								
◦ Outros activos intangíveis	369	508	(394)	(7)	-	-	476	-
Total	96.794	2.483	-	(1.658)	(22.585)	-	75.034	(62.891)

O valor de €22.575 milhares relativo a abate de Goodwill identificado como Intangível, corresponde essencialmente ao desreconhecimento em 2012 dos activos intangíveis totalmente amortizados reconhecidos no BIE Luxemburgo aquando da aquisição de uma carteira de clientes de Private Banking de uma outra instituição de crédito. Este valor inclui também o desreconhecimento do intangível totalmente amortizado/em imparidade, reconhecido por via do PPA aquando da aquisição do Itau Bank & Trust Bahamas.

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido	
	Saldo em 31.12.2010	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações / Abates	Imparidade	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010
Activos intangíveis								
◦ Software	10.925	1.494	-	336	(455)	-	12.300	(7.404)
◦ Listas de clientes	3.765	-	-	124	(3.889)	-	(3.765)	(3.765)
◦ Goodwill identificado como intangível	79.171	-	-	2.588	-	(1.241)	80.518	(41.795)
◦ Outros activos intangíveis	3.455	52	-	100	-	-	3.607	(199)
Activos intangíveis em curso								
◦ Outros activos intangíveis	154	210	-	5	-	-	369	-
Total	97.470	1.756	-	3.153	(4.344)	(1.241)	96.794	(53.163)

NOTA 15 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.	49,00%	49,00%	23.437	31.611	2.272	(62.485)
			<u>23.437</u>	<u>31.611</u>	<u>2.272</u>	<u>(62.485)</u>

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da associada IPI, preparadas segundo as normas IAS/IFRS, são como segue:

	IPI	
	31.12.2012	31.12.2011
Activo líquido	47.837	89.551
Passivo	5	25.039
Capitais Próprios (1)	47.832	64.512
Lucro do Exercício	4.637	(127.521)

(1) incluindo interesses não controlados

NOTA 16 - ACTIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	3.950	434
Pagamentos de IRC por conta	3.266	1.206
	<u>7.216</u>	<u>1.640</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	23.045	9.290
	<u>23.045</u>	<u>9.290</u>
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Activos por impostos diferidos		
- A recuperar dentro de 12 meses	12.243	2265
- A recuperar após mais de 12 meses	10.802	7.025
	<u>23.045</u>	<u>9.290</u>

NOTA 17 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Devedores e outras aplicações		
Sector Público Administrativo	1.134	895
Outros Devedores	2.799	1.212
	<u>3.933</u>	<u>2.107</u>
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos com terceiros	323	329
Por serviços bancários prestados	8.948	3.236
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.919	2.690
Outros rendimentos a receber		
Comissões sobre garantias prestadas	1	4
Reembolso de despesas	-	12
Outras comissões a receber	-	-
	<u>11.191</u>	<u>6.271</u>
Despesas com encargo diferido		
Compromissos irrevogáveis	-	39
Rendas e alugueres	793	441
Seguros	55	80
Manutenção de sistemas e equipamentos	175	946
Serviços de informações	104	99
Publicações e Publicidade	-	1
Comunicações interbancárias	4	6
Serviços interbancárias	30	32
Outras despesas com encargo diferido	1.616	1.969
	<u>2.777</u>	<u>3.613</u>
Outras contas de regularização		
Operações Cambiais a liquidar	30	8.628
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	11	4.028
Títulos em negociação	29.134	23.042
Outras	1.254	800
	<u>30.429</u>	<u>36.498</u>
	<u>48.330</u>	<u>48.489</u>

NOTA 18 - PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Structured Linked Notes	238.231	263.351
<u>Instrumentos derivados com justo valor negativo (Nota 8)</u>		
Derivados de Negociação	175.076	248.870
Derivados Embutidos	21.627	43.334
	<u>434.934</u>	<u>555.555</u>

Os Passivos Financeiros detidos para negociação incluem *Structured Linked Notes* emitidas pelo IBBAInt ao abrigo do *Structured Medium Term Note Programme*. O Grupo emite dois tipos de *Structured Linked Notes*: *Credit Linked Notes* (ou Pass-Through) que são cobertas por Obrigações do tesouro Brasileiro e *Equity Participation Notes* (ou P-Notes) cobertas por ações de empresas

Brasileiras. As acções e obrigações referidas acima encontram-se registadas na carteira de Activos financeiros detidos para negociação.

O detalhe das *Structured Linked Notes* é apresentado de seguida:

Passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2012

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão EUR'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.2012
IBBAInt London	Equity Participation Note	USD	122.258	(11.858)	110.401
IBBAInt London	Credit Linked Notes	USD	134.385	(6.554)	127.830
					<u>238.231</u>

Passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2011

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão EUR'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.2011
IBBAInt London	Equity Participation Note	USD	134.142	1.462	135.604
IBBAInt London	Credit Linked Note	USD	134.552	(6.805)	127.747
					<u>263.351</u>

NOTA 19 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Grupo não regista quaisquer captações de Bancos Centrais.

NOTA 20 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	-	25.504
Empréstimos sindicados	-	-
Juros a pagar	-	-
	<u>-</u>	<u>25.504</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Depósitos à ordem	9.421	97
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	443.924	545.384
Depósitos fiduciários	6.821	-
Empréstimos sindicados	-	230.000
Outros recursos	138	141
Juros a pagar	1.021	2.138
	<u>461.325</u>	<u>777.760</u>
	<u>461.325</u>	<u>803.264</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em EUR, é de 1,924% e de 1,308%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em USD, é de 3,3085% e de 0,0086%, respectivamente.

NOTA 21 - RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Recursos de clientes no País		
Depósitos à vista	3.292	4.251
Depósitos a prazo	87.661	-
Juros a pagar	1	-
Recursos de clientes no Estrangeiro		
Depósitos à vista	1.264.038	1.014.187
Depósitos a prazo	213.725	438.605
Outros recursos	793	1.029
Juros a pagar	703	1.089
	1.570.213	1.459.161

NOTA 22 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
<i>Floating Rate Notes</i>	110.483	112.571
Certificados de depósito	478.195	518.569
Instrumentos financeiros compostos	991.254	979.148
Juros líquidos a pagar	34.863	8.001
Encargos com as emissões	-	-
	1.614.795	1.618.289

O detalhe das responsabilidades representadas por títulos é apresentado de seguida:

Floating Rate Notes a 31 de Dezembro de 2012

Entidade emite	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2012	Taxa de Juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Registo em bolsa
									Indexante	Spread	Taxa actual			
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	1.100	1.100.000	834	-	-	USLibor 12m	2,20%	3,19%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	200	200.000	152	-	-	USLibor 12m	2,03%	3,00%	Anual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Nov-09	USD	1.470	1.470.000	1.114	-	-	USLibor 12m	1,77%	2,65%	Anual	Nov-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	1.963	1.963.000	1.488	-	-	USLibor 6m	3,96%	4,48%	Semestral	Dez-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	227	-	-	USLibor 6m	3,19%	3,70%	Semestral	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	152	-	-	USLibor 12m	1,78%	2,89%	Anual	Jan-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	600	600.000	455	-	-	USLibor 12m	2,11%	2,97%	Anual	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Fev-11	USD	341	341.000	258	-	-	USLibor 12m	0,39%	1,47%	Anual	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	152	-	-	USLibor 6m	1,68%	2,30%	Semestral	Out-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	152	-	-	USLibor 6m	2,04%	2,66%	Semestral	Out-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Fev-12	USD	453	453.000	343	-	-	USLibor 12m	1,34%	2,41%	Anual	Fev-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	USD	570	570.000	432	-	-	USLibor 12m	2,43%	3,50%	Anual	Fev-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	USD	250	250.000	189	-	-	USLibor 6m	2,16%	2,79%	Semestral	Abr-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	USD	5.000	5.000.000	3.790	-	-	USLibor 6m	0,80%	1,52%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	USD	10.000	10.000.000	7.579	-	-	USLibor 6m	0,80%	1,52%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	EUR	75.000	75.000.000	75.000	-	-	Euribor 6m	3,59%	4,20%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Ago-12	EUR	10.000	10.000.000	10.000	-	-	Euribor 6m	1,90%	2,51%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Out-12	USD	10.000	10.000.000	7.579	-	-	USLibor 6m	0,80%	1,52%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	500	500.000	379	-	-	USLibor 6m	3,16%	3,70%	Semestral	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	275	275.000	208	-	-	USLibor 6m	3,16%	3,70%	Semestral	Mai-15	-
								110.483						

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de Juro		Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Registo em bolsa
									Spread	Taxa actual			
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	1.100	1.100.000	850	-	850	2,35%	3,19%	Annual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Set-09	USD	600	600.000	464	-	464	2,15%	3,00%	Annual	Set-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	232	-	232	1,84%	2,93%	Annual	Dez-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	165	165.000	127	-	127	1,22%	2,00%	Annual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Nov-09	USD	1.470	1.470.000	1.136	-	1.136	1,72%	2,65%	Annual	Nov-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	3.950	3.950.000	3.053	(724)	2.329	3,71%	4,48%	Annual	Dez-14	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	300	300.000	232	-	232	2,89%	3,70%	Annual	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	155	-	155	1,41%	2,20%	Annual	Jan-12	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Jan-10	USD	200	200.000	155	-	155	2,11%	2,89%	Annual	Jan-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dez-09	USD	600	600.000	464	-	464	1,90%	2,97%	Annual	Dez-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Fev-11	USD	341	341.000	264	-	264	0,68%	1,47%	Annual	Fev-13	-
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	155	-	155	1,72%	2,30%	Semestral	Out-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Out-11	USD	200	200.000	155	-	155	2,08%	2,66%	Semestral	Out-14	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	5.000	5.000.000	3.864	-	3.864	0,80%	1,26%	Semestral	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.728	-	7.728	0,80%	1,25%	Annual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-08	USD	10.000	10.000.000	7.728	-	7.728	0,80%	1,26%	Annual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-10	USD	570	570.000	440	-	440	2,70%	3,50%	Annual	Fev-14	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Abr-10	USD	250	250.000	193	-	193	2,22%	2,79%	Semestral	Abr-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mar-10	EUR	10.000	10.000.000	10.000	-	10.000	1,90%	3,64%	Annual	Fev-13	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	500	500.000	386	-	386	3,07%	3,70%	Annual	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Mai-10	USD	275	275.000	213	-	213	3,07%	3,70%	Annual	Mai-15	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Ago-10	USD	390	390.000	301	-	301	0,77%	1,54%	Annual	Ago-12	-
IBBAInt Cayman	Floating Rate Notes	Fev-11	EUR	75.000	75.000.000	75.000	-	75.000	2,46%	4,20%	Semestral	Fev-13	-
								112.571					

Certificados de depósito em 31 de Dezembro de 2012

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2012	Taxa de juro efectiva	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de Depósito	(a) EUR	2.473	-	2.473	0,45%	344
Certificados de Depósito	(a) USD	494.101	(20.380)	473.721	1,51%	445
Certificados de Depósito	(a) GBP	2.001	-	2.001	1,68%	306
				<u>478.195</u>		

(a) O montante global do *Euro Certificate of Deposit Programme* é de USD 2.000 milhões.

Certificados de depósito em 31 de Dezembro de 2011

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de juro efectiva	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de Depósito	(a) EUR	13.546	(284)	13.262	1,79%	168
Certificados de Depósito	(a) USD	523.371	(20.211)	503.160	1,83%	256
Certificados de Depósito	(a) GBP	1.731	-	1.731	2,79%	340
Certificados de Depósito	(a) CHF	416	-	416	1,72%	360
				<u>518.569</u>		

(a) O montante global do *Euro Certificate of Deposit Programme* é de USD 2.000 milhões.

Instrumentos Financeiros Compostos em 31 de Dezembro de 2012

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2012	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Brazilian Foreign Exchange Equity Index Linked Note	USD	1.001	-	1.001	2,67%	564
Dual Currency Notes	USD	846	-	846	2,63%	359
Dual Currency Notes	CHF	415	-	415	0,00%	90
First To Default Credit Linked Note	USD	2.258	-	2.258	2,34%	364
Knock In Reverse Convertible Note	USD	9.933	-	9.933	3,35%	1.246
Phoenix Worst Of Autocall Note	USD	110.324	-	110.324	0,40%	442
Xs Up Note	USD	1.451	-	1.451	1,90%	365
Index Linked Interest And Credit Linked Notes	USD	62.639	-	62.639	1,83%	1.116
Uncapped Notes With Contingent Minimum Coupon	USD	44.534	-	44.534	2,50%	652
Uncapped Notes With Contingent Minimum Coupon	EUR	401	-	401	2,98%	729
Uncapped Notes	USD	5.786	-	5.786	2,90%	365
Phoenix Autocall Note	USD	15.850	-	15.850	0,40%	732
Phoenix Autocall Note	EUR	1.145	-	1.145	0,42%	547
Step Up Notes	USD	96.761	-	96.761	3,70%	390
Cln Linked To Corporate Bonds	USD	246.565	-	246.565	2,64%	707
Cln Linked To Corporate Bonds	EUR	4.188	(275)	3.913	2,14%	1.155
Fixed/Us Inflation Index Linked Interest And Credit Linked Notes	USD	1.735	-	1.735	6,45%	1.795
Fx Linked Notes	USD	21.806	-	21.806	2,03%	317
Phoenix Autocall Range Accrual Note	USD	96.834	-	96.834	1,16%	1.068
Fixed Rate Notes	USD	3.205	-	3.205	2,87%	1.086
Fixed Rate Notes	GBP	835	-	835	2,18%	494
Capped Notes With Contingent Minimum Coupon	USD	59.905	-	59.905	2,98%	473
Knock-In Reverse Convertible Note - European Ki	USD	20.704	-	20.704	3,44%	970
Double Knock Out Straddle Note	USD	3.697	-	3.697	3,41%	365
Cln Linked To Brazilian Sovereign Bonds	USD	6.414	-	6.414	0,00%	439
Us Inflation Linked Note	USD	748	-	748	7,55%	974
Lock In Best Coupon Note	USD	1.758	-	1.758	1,53%	874
Shark Note	USD	635	-	635	2,86%	1.089
Cln Linked To Chile Sovereign Bonds	USD	13.686	-	13.686	3,25%	442
Phoenix Autocall worst of kicker Note	USD	758	-	758	0,50%	365
Capped Note With Contingent Minimum Coupon	USD	9.447	-	9.447	3,70%	365
Uncapped Twin Win Note	USD	987	-	987	2,78%	730
Capped Twin Win Note	USD	3.208	-	3.208	2,82%	591
Worst Of Reverse Convertible Note - European Ki	USD	18.639	-	18.639	4,09%	1.700
Cln Linked To Israel Sovereign Bonds	USD	2.869	-	2.869	3,02%	1.116
Step Up Quanto Note	USD	67	-	67	3,58%	364
Worst Of Step Up Reverse Convertible Note	USD	12.942	-	12.942	5,17%	633
Cln Linked To Euro Sovereign Bonds	USD	27.773	-	27.773	2,68%	1.132
Capital Protected Note	USD	327	-	327	3,12%	1.821
Capped Contingent Twin Win Note	USD	69.757	-	69.757	2,59%	690
Fx Wedding Cake Note	USD	4.207	-	4.207	1,75%	264
Phoenix Autocall Memory Note	EUR	3.992	-	3.992	0,39%	456
Index Wedding Cake Note	USD	494	-	494	4,27%	361
				<u>991.254</u>		

Instrumentos Financeiros Compostos em 31 de Dezembro de 2011

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Brazilian Foreign Exchange Equity Index Linked Note	USD	77.386	-	77.386	2,18%	1.098
Dual Currency Notes	USD	942	-	942	3,18%	361
First to Default Credit Linked Note	USD	2.310	-	2.310	1,48%	1.836
FX Basket Note	USD	754	-	754	2,75%	1.092
Knock In Reverse Convertible Note	USD	12.242	-	12.242	2,40%	275
Phoenix Switch Worst Of Autocall	USD	2.550	-	2.550	0,27%	365
Phoenix Worst Of Autocall Note	USD	252.416	(4.955)	247.461	0,41%	380
Wedding Cake Note	USD	1.199	-	1.199	2,60%	316
Wedding Cake Note	EUR	4.104	-	4.104	3,53%	362
Xs UP Note	USD	12.297	(340)	11.956	1,86%	365
Zero Coupon Note	USD	324	-	324	3,35%	1.826
Index Linked Interest and Credit Linked Notes	USD	26.811	(1.111)	25.700	1,50%	1.076
Uncapped Notes with Contingent Minimum coupon	USD	68.771	(12.828)	55.943	3,41%	659
Uncapped Notes with Contingent Minimum coupon	EUR	419	-	419	2,98%	729
Uncapped Notes	USD	46.873	(6.031)	40.843	2,20%	372
Phoenix Autocall Note	USD	34.073	(540)	33.533	0,89%	875
Step Up Notes	USD	28.849	(600)	28.250	3,85%	398
Step Up Notes	EUR	600	-	600	3,14%	183
CLN Linked to Corporate Bonds	USD	177.824	-	177.824	2,98%	460
CLN Linked to Corporate Bonds	EUR	983	-	983	4,70%	398
Fixed/US Inflation Index Linked Interest and Credit Linked Notes	USD	1.696	-	1.696	3,75%	1.795
CLN Linked to Spanish Sovereign Bonds	EUR	1.004	-	1.004	2,82%	398
FX Linked Notes	USD	100.250	-	100.250	2,11%	209
Phoenix Autocall Range Accrual Note	USD	33.650	(268)	33.382	1,25%	1.087
Fixed Rate Notes	USD	3.255	-	3.255	2,87%	1.086
Capped Notes with Contingent Minimum Coupon	USD	73.180	(3.241)	69.938	2,42%	421
Step Up Knock-In Reverse Convertible Notes	USD	5.732	-	5.732	2,29%	707
Knock-In Reverse Convertible Note - European	USD	431	-	431	3,14%	1.094
CLN Linked to Brazilian Sovereign Bonds	USD	31.414	(874)	30.540	2,55%	732
US Inflation Linked Note	USD	773	-	773	7,00%	1.826
Lock-In Best Coupon Note	USD	1.797	-	1.797	0,59%	1.093
Shark Note	USD	629	-	629	2,86%	1.089
Double Knock Out Straddle Note	USD	849	-	849	3,77%	367
CLN Linked to Mexican Sovereign Bonds	USD	421	-	421	3,10%	365
Capped Notes with Guaranteed Coupon	USD	3.128	-	3.128	1,24%	182
				<u>979.148</u>		

NOTA 23 - PASSIVOS POR IMPOSTOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	10.487	8.530
	<u>10.487</u>	<u>8.530</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	11.625	10.610
	<u>11.625</u>	<u>10.610</u>
	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivos por impostos diferidos		
- A pagar dentro de 12 meses	-	-
- A pagar após mais de 12 meses	11.625	10.610
	<u>11.625</u>	<u>10.610</u>

NOTA 24 - PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Emissões Subordinadas	22.738	83.156
- Tituladas	-	59.970
- Não tituladas	22.738	23.186
Juros a pagar	67	98
Encargos com as emissões	-	(138)
	<u>22.805</u>	<u>83.116</u>

A Dezembro de 2012, o IBBAInt exerceu a opção de pré-pagamento da dívida subordinada com maturidade em Dezembro de 2015 ao seu valor de principal acrescido de juro corrido. O Banco de Portugal concedeu a sua autorização para o exercício da *call option*.

O detalhe dos passivos subordinados é apresentado de seguida:

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2012

Entidade emite	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2012	Indexante	Taxa de juro Spread	TxActual	Cupão	Maturidade	"Call Option" aos cupões	Registo em bolsa
IBBA Int Cayman	Subordinated Loan Agreement	(a) Set-07	USD	n.a.	30.000.000	22.738	-	22.738	Libor 6m	+ 0,375%	1,11590%	Semestral	Set-17	10º e seguintes	-
								22.738							

(a) Este empréstimo subordinado foi celebrado com uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itau Unibanco (Brasil)

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2011

Entidade emite	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão em EUR'000	Recompras	Saldo em 31.12.2011	Indexante	Taxa de juro Spread	TxActual	Cupão	Maturidade	"Call Option" aos cupões	Registo em bolsa
IBBA Int - SFI	Subordinated Floating Rate Notes	(a) Dez-05	EUR	100.000	100.000.000	100.000	(40.030)	59.970	Euribor 3m	+ 1,050%	2,07200%	1º ao último	Dez-15	10º e seguintes	Luxemburgo
IBBA Int Cayman	Subordinated Loan Agreement	(b) Set-07	USD	n.a.	30.000.000	23.186	-	23.186	Libor 6m	+ 0,375%	0,91456%	Semestral	Set-17	10º e seguintes	-
								83.156							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário constituído pelo Bayerische Hypo-Vereinsbank AG, Itau BBA International (Cayman) Limited and Landesbank Baden-Württemberg

(b) Este empréstimo subordinado foi celebrado com uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itau Unibanco (Brasil)

NOTA 25 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	2.219	1.695
Outros Credores	1.722	2.991
	<u>3.941</u>	<u>4.686</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	27.759	28.359
Gastos gerais administrativos		
Auditoria	1.385	520
Consultoria	164	208
Estruturação e suporte técnico	77	256
Outros serviços especializados	97	79
Outros fornecimentos de terceiros	539	857
Outros encargos a pagar	7.454	8.829
	<u>37.475</u>	<u>39.108</u>
Receitas com rendimento diferido		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	704	2.015
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	176	306
Outras receitas com rendimento diferido	1.458	1.354
	<u>2.338</u>	<u>3.675</u>
Outras contas de regularização		
Operações Cambiais a liquidar	27	7.945
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	24.704	32.661
Títulos em negociação	-	-
Outras	1.225	4.347
	<u>25.956</u>	<u>44.953</u>
	<u>69.710</u>	<u>92.422</u>

NOTA 26 - PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2011	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Flutuação cambial	Saldo em 31.12.2012
Activo						
Imparidade em Crédito a Clientes (Nota 12)	12.250	3.103	(3.459)	-	-	11.894
Imparidade para Goodwill (Nota 14)	8.890	-	-	(8.890)	-	-
Imparidade para Activos Intangíveis (Nota 14)	1.241	-	-	(1.241)	-	-
	<u>22.381</u>	<u>3.103</u>	<u>(3.459)</u>	<u>(10.131)</u>	<u>-</u>	<u>11.894</u>
Passivo						
Provisões para garantias e compromissos assumidos	132	71	(117)	-	-	86
Outras provisões	1.026	-	-	25	-	1.051
	<u>1.158</u>	<u>71</u>	<u>(117)</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>1.137</u>
Total	<u>23.539</u>	<u>3.174</u>	<u>(3.576)</u>	<u>(10.106)</u>	<u>-</u>	<u>13.031</u>

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2011 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2010	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Flutuação cambial	Saldo em 31.12.2011
Activo						
Imparidade em Crédito a Clientes (Nota 12)	11.764	2.625	(2.142)	-	3	12.250
Imparidade para Goodwill (Nota 14)	-	8.890	-	-	-	8.890
Imparidade para Activos Intangíveis (Nota 14)	-	1.241	-	-	-	1.241
	11.764	12.756	(2.142)	-	3	22.381
Passivo						
Provisões para garantias e compromissos assumidos	118	153	(139)	-	-	132
Outras provisões	1.074	-	-	(48)	-	1.026
	1.192	153	(139)	(48)	-	1.158
Total	12.956	12.909	(2.281)	(48)		23.539

NOTA 27 - CAPITAL

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 2 de Junho de 2009, foi efectuado um aumento de capital na Sociedade no valor de €97.622 milhares, realizado integralmente em dinheiro com a admissão de novo sócio, a sociedade Zux Cayman Company Limited.

A Zux Cayman Company Limited entregou o montante de €152.700 milhares, sendo €97.622 milhares para a entrada como nova sócia (que ficou a constituir uma nova quota de igual valor nominal) e €55.078 milhares a título de prémio de emissão.

A 27 de Novembro de 2009, a quota da Zux Cayman Company Limited no valor de €97.622 milhares foi dividida em duas, uma no valor de €85.774 milhares e outra no valor de €11.848 milhares, que foram na mesma data vendidas às outras sócias, a Itaúsa Export S.A. e o Banco Itaú S.A., pelos valores de €138.507 milhares e €19.133 milhares respectivamente, o que reembolsou além do capital também o prémio de emissão na mesma proporção.

Ainda na mesma data, a Itaúsa Export S.A. e o Itaú Unibanco S.A. unificaram as suas respectivas quotas, passando cada uma a deter uma única quota do capital da Itaúsa Europa, no valor de €357.944 milhares e €49.446 milhares, respectivamente.

Em Junho de 2011 a Itaúsa Export alterou a sua denominação social para Itaú Unibanco Consultoria S.A.. A 31 de Dezembro de 2011, esta entidade foi incorporada por fusão com a ITB Holding Brasil Participações Ltda., participada a 100% pelo Itaú Unibanco S.A..

A 14 de Dezembro de 2012, realizou-se um aumento de capital na Sociedade, no montante de €110.562 milhares, realizado integralmente em dinheiro e subscrito pela entrada da nova sócia Itau International Investment LLC, a qual entregou €152.893 milhares, sendo a quantia de €42.331 milhares a título de prémio de subscrição e entrada como nova sócia (ver Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da Itaúsa Europa ascendia a €517.952 milhares (2011: €407.390 milhares), integralmente subscrito e realizado, e era representado por 3 quotas como segue:

	31.12.12		31.12.11	
	Valor da quota	% capital	Valor da quota	% capital
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	357.944	69,11%	357.944	87,86%
Itaú Unibanco S.A.	49.446	9,55%	49.446	12,14%
Itau International Investment LLC	110.562	21,34%	-	-
	517.952	100,00%	407.390	100,00%

NOTA 28 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DE JUSTO VALOR

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Reservas de reavaliação de justo valor		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(344)	(1.904)
Impostos diferidos	133	525
	<u>(211)</u>	<u>(1.379)</u>

NOTA 29 - OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Reserva legal	43.800	43.107
Prémio de emissão	97.409	55.078
Reserva de flutuação cambial	8.288	17.431
Reserva de Cobertura do investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro	(8.674)	(16.246)
Outras reservas e resultados transitados	69.956	120.191
	<u>210.780</u>	<u>219.561</u>

A variação da rubrica Prémio de emissão resulta do aumento de capital na Sociedade, ocorrido em 14 de Dezembro de 2012, realizado integralmente em dinheiro e subscrito pela entrada da nova sócia Itau International Investment LLC, sendo a quantia de €42.331 milhares a título de prémio de subscrição e entrada como nova sócia.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

NOTA 30 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Balço		Demonstração de resultados	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Accionistas minoritários de:				
Itaúsa Portugal, SGPS, S.A.	6	6	-	(1)
BIE Luxembourg, SA	18	18	-	-
	<u>24</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>

NOTA 31 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Garantias recebidas		
Garantias e avales	2.078.820	1.885.495
Cartas de crédito "stand-by"	564.545	771.508
Activos recebidos em garantia	1.858.969	3.764.061
	4.502.334	6.421.064
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias Reais		
Títulos dados em garantia	11.656	14.498
Garantias Institucionais		
Garantias e avales	154.378	163.723
Cartas de crédito "stand-by"	105.228	60.841
Outras garantias institucionais prestadas	4.029	39.216
	275.291	278.278
Compromissos		
Linhas de crédito irrevogáveis	562.211	557.503
Residentes	42.500	40.000
Não residentes	519.711	517.503
Linhas de crédito revogáveis	105.297	491.619
	667.508	1.049.122
Responsabilidades por prestação de serviços		
Activos sob gestão	11.175.376	9.729.335
Banco Itaú Europa Luxemburgo	2.006.343	5.551.072
Banco Itaú Europa International	5.398.528	3.757.886
Itau Bank & Trust Bahamas Limited	26.308	155.881
Banco Itaú Suisse	3.744.197	264.496
Operações financeiras vendidas	226.687	237.750
	11.402.063	9.967.085

Em 31 de Dezembro de 2012, os títulos dados em garantia correspondem a activos financeiros detidos para negociação (ver Nota 7) e encontram-se detalhados abaixo:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2015	34.442	11.656	34.442	14.498
		11.656		14.498

NOTA 32 - MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.117	1.628
Juros de disponibilidades em instituições de crédito	83	223
Juros de aplicações em instituições de crédito	2.747	3.321
Juros de crédito	93.444	82.637
Juros de crédito vencido	502	481
Juros de títulos detidos para negociação	-	-
Juros de outros activos financeiros		
ao justo valor através de resultados	-	-
Juros de títulos disponíveis para venda	916	4.101
Outros juros e rendimentos similares	-	-
	<u>98.809</u>	<u>92.391</u>
Juros e Encargos Similares		
Juros de captações de bancos centrais	(23)	-
Juros de captações de instituições de crédito	(10.131)	(15.458)
Juros de depósitos de clientes	(3.810)	(3.848)
Juros de emissão de obrigações	(3.417)	(6.282)
Juros de emissão de certificados de depósito	(10.025)	(3.759)
Juros de emissão de instrumentos financeiros compostos	(23.540)	(12.193)
Juros de emissão de obrigações subordinadas		
- tituladas	(1.058)	(1.539)
- não tituladas	(254)	(188)
Outros juros e encargos similares	(2)	(325)
	<u>(52.260)</u>	<u>(43.592)</u>
Margem Financeira	<u>46.549</u>	<u>48.799</u>

O total de proveitos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado no exercício de 2012 foi de €97.893 milhares (31.12.2011: €88.290 milhares).

O total de custos de juros decorrentes de activos mensurados ao custo amortizado no exercício de 2012 foi de €52.258 milhares (31.12.2011: €43.267 milhares).

NOTA 33 - COMISSÕES LÍQUIDAS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Comissões Recebidas		
Por Garantias Prestadas	1.601	1.511
Por Compromissos Assumidos Perante Terceiros	3.806	4.971
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	634	533
Por Serviços Bancários Prestados	59.671	60.864
Por Operações Realizadas por Conta de Terceiros	26.373	30.515
Proveitos de outras comissões	-	46
	<u>92.085</u>	<u>98.440</u>
Comissões Pagas		
Por Garantias Recebidas	(3.196)	(4.103)
Por Compromissos Assumidos Por Terceiros	-	(4)
Por Serviços Bancários Prestados Por Terceiros	(2.515)	(1.531)
Por Operações Realizadas por Terceiros	(2.680)	(2.465)
Custos de outras comissões	(286)	(113)
	<u>(8.677)</u>	<u>(8.216)</u>
Comissões Líquidas	<u>83.408</u>	<u>90.224</u>

NOTA 34 - GANHOS E PERDAS NÃO CORRENTES

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos e Receitas Operacionais		
Proveitos pela prestação de serviços	1.259	108
Reembolso de despesas	1.700	950
Outros proveitos	9.629	4.382
	<u>12.588</u>	<u>5.440</u>
Encargos e Gastos Operacionais		
Quotizações e Donativos	(274)	(330)
Outros gastos operacionais	(15.964)	(6.838)
	<u>(16.238)</u>	<u>(7.168)</u>
Outros impostos		
Impostos indirectos	(1.950)	(2.092)
Impostos directos	(1.588)	(1.786)
	<u>(3.538)</u>	<u>(3.878)</u>
	<u>(7.188)</u>	<u>(5.606)</u>

NOTA 35 – RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação	17.177	(4.921)
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação	16.772	36.102
Resultados de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6.947	8.563
Resultados de instrumentos derivados	7.391	8.959
Resultados de reavaliação cambial	(44.216)	(31.622)
	<u>4.071</u>	<u>17.081</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	(98)	(1.005)
Títulos de capital	89	(152)
	<u>(9)</u>	<u>(1.157)</u>
Outros resultados em operações financeiras		
Resultados de alienação de outros activos	(574)	275
Outros resultados em operações financeiras	-	(215)
	<u>(574)</u>	<u>60</u>
	<u>3.488</u>	<u>15.984</u>

NOTA 36 - CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	3.191	4.051
Remuneração de empregados	53.081	45.756
Encargos sociais	6.293	4.918
Outros custos com o pessoal	4.871	12.989
	<u>67.436</u>	<u>67.714</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o número de colaboradores (incluindo os membros dos Órgãos Sociais) ao serviço do Grupo é de 445 (31.12.2011: 418 colaboradores).

NOTA 37 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fornecimentos	995	856
Serviços		
Rendas e Alugueres	4.410	4.215
Comunicações	2.112	1.746
Deslocações, estadas e representações	3.420	3.708
Publicações	1.119	1.003
Conservação e reparação	810	533
Transportes	15	-
Fomação de pessoal	467	499
Seguros	505	422
Serviços especializados	22.466	15.310
Outros serviços de terceiros	2.585	2.723
	<u>37.909</u>	<u>30.159</u>
	<u>38.904</u>	<u>31.015</u>

NOTA 38 - IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O pagamento dos impostos sobre os lucros apurados em entidades com sede em Portugal é efectuado com base em declarações de auto liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam os impostos apurados.

O Grupo tem reconhecido como dedução à base tributável de IRC, nas respectivas demonstrações de resultados individuais, os montantes calculados com base nos valores a pagar e/ou pagos em Portugal, os quais incluem o respectivo encargo do lucro gerado no período pela subsidiária sediada nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, o encargo acima referido incluía o efeito inerente às deduções fiscais reportáveis, as quais resultam de situações de dupla tributação.

A análise comparativa do encargo com IRC é como segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Impostos correntes		
Da Subsidiária nas Ilhas Caimão	(3.735)	(815)
Do resultado sujeito a Tributação no exercício em análise	(2.378)	(12.328)
Outros	(512)	(1.340)
	<u>(6.625)</u>	<u>(14.483)</u>
Impostos diferidos		
Instrumentos Financeiros Derivados	378	-
Imparidade de Crédito	169	366
Imparidade de Garantias e Compromissos	9	2
Provisões não aceites fiscalmente	1.295	(1.495)
Imputação Lucros da Subsidiária nas Ilhas Caimão	(697)	(374)
Bónus a pagar	2.097	2.042
Crédito de imposto por prejuízos fiscais	11.110	-
Outros	(1.247)	472
	<u>13.114</u>	<u>1.013</u>

O valor registado como Crédito de imposto por prejuízos fiscais provém essencialmente do BIE International (Miami). A realização final do activo fiscal diferido depende da geração de lucro tributável futuro durante os períodos em que essas diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. Ao efectuar esta avaliação, a Administração da unidade considera a reversão programada de impostos diferidos passivos e a projecção de lucro tributável futuro. Com base nesta avaliação, a unidade concluiu que é mais provável que os activos fiscais diferidos serão realizados e, como tal, a provisão de aproximadamente USD 11 milhões foi libertada em 31 de Dezembro de 2012.

NOTA 39 - PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012, não há qualquer montante de crédito concedido a membros da Gerência da Sociedade e subsidiárias.

O Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Entidades relacionadas			Entidades relacionadas		
	Grupo IPI (1)	Itaú Unibanco (Brasil) (2)	Total	Grupo IPI (1)	Itaú Unibanco (Brasil) (2)	Total
Activos:						
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	-	6.671	6.671	368	10.064	10.432
Activos financeiros detidos para negociação	-	50.796	50.796	-	46.872	46.872
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Aplicações em Instituições de Crédito	-	11.839	11.839	-	40.483	40.483
Crédito a clientes	-	-	-	25.017	-	25.017
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	23.437	-	23.437	32.243	-	32.243
Outros activos	6	6.321	6.327	17	552	605
	23.443	75.627	99.070	57.645	97.971	155.652
Passivos:						
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	-	28.830	28.830	-	45.857	45.857
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	324.057	324.057	45.284	212.953	258.237
Recursos de Clientes e outros empréstimos	47.832	42.870	90.702	287	2.015	7.606
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	22.805	22.805	-	23.242	23.242
Outros passivos	-	1.796	1.796	-	1.647	1.647
	47.832	420.358	468.190	45.571	285.714	336.589
Resultados:						
Juros e rendimentos similares	17	3.485	3.502	810	1.052	1.868
Juros e encargos similares	119	771	890	(350)	(4.839)	(5.189)
Resultados em operações financeiras	-	(13.425)	(13.425)	-	4.025	4.025
Comissões recebidas	-	1.536	1.536	-	788	788
Comissões pagas	-	(3.128)	(3.128)	(1)	(3.255)	(3.256)
Outros proveitos	-	1.548	1.548	-	558	558
Outros custos	-	9.298	9.298	-	7.546	7.546
	136	85	221	459	5.875	6.340
Extrapatrimoniais:						
Garantias recebidas	-	787.849	787.849	-	585.929	585.929
Garantias prestadas	-	90.058	90.058	-	-	-
Operações cambiais e outros instrumentos derivados						
Compra	-	2.008.351	2.008.351	-	682.115	682.115
Venda	-	1.971.312	1.971.312	-	2.386.642	2.386.642
	-	4.857.570	4.857.570	-	3.654.686	3.654.686

(1) Os Proveitos e Custos com o Grupo IPI correspondem a saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de consolidação.

(2) Inclui as empresas Banco Itaú BBA S.A., Banco Itaú BBA Nassau Branch, Itaú Unibanco S.A., Itaú Unibanco Cayman Branch, Itaú Unibanco New York Branch, Itaúbank (Cayman), Itaú USA Securities, Itaú UK Securities, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguay, Banco Itaú Paraguay, Banco Itaú Argentina, Afincos Americas (Madeira) Zux SGPS (Madeira), Zux Cayman, Duratex S.A., Redecard, S.A., Unicorp Bank&Trust Ltd..

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A 1 de Fevereiro de 2013, o IBBAInt foi incorporado através de uma fusão transfronteiriça no Itau BBA International Limited (Itau BBA UK), uma empresa inglesa autorizada e regulada pelo Financial Services Authority ("FSA"), com endereço na Broadgate Tower, Level 20, 20 Primrose Street, London EC2A 2EW. A fusão tornou-se efectiva por ordem do High Court concedida no dia 10 de Janeiro de 2013 de acordo com a legislação inglesa e portuguesa que transpuseram a Directiva Europeia 2005/56/EC de 25 de Outubro de 2005 sobre fusões transfronteiriças.

Como resultado da fusão, (i) as permissões regulatórias do Itau BBA UK estabelecidas no registo do FSA tornaram-se activas; (ii) todos os activos e passivos do IBBAInt foram automaticamente transferidos, por operação de lei, para o Itau BBA UK; e (v) o IBBAInt deixa de ser uma entidade jurídica separada.

NOTA 41 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

- Honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Os honorários facturados em termos consolidados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, durante o exercício de 2012, decompõem-se como segue:

	<u>2012</u>
Revisão Legal de Contas e Auditoria	802
Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade	<u>149</u>
	<u>951</u>

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de €4.941.173 milhares e um total de capital próprio de €744.142 milhares, incluindo um resultado líquido de €15.597 milhares), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Gerência a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

17 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (contas consolidadas)

Aos Sócios,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pela Gerência da Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Sociedade e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio, de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada da Sociedade, dos seus resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos consolidados de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto das filiais e associadas incluídas na consolidação, evidenciando os aspetos mais significativos.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Gerência e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Gerência e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

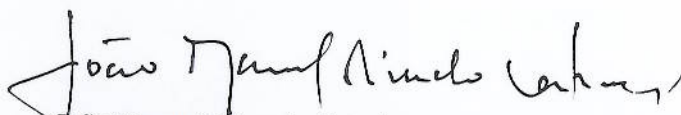
17 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



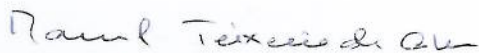
José da Mata de Sousa Mendes

O Vogal



João Manuel Ricardo Catarino

O Vogal



Manuel Carlos Teixeira de Abreu